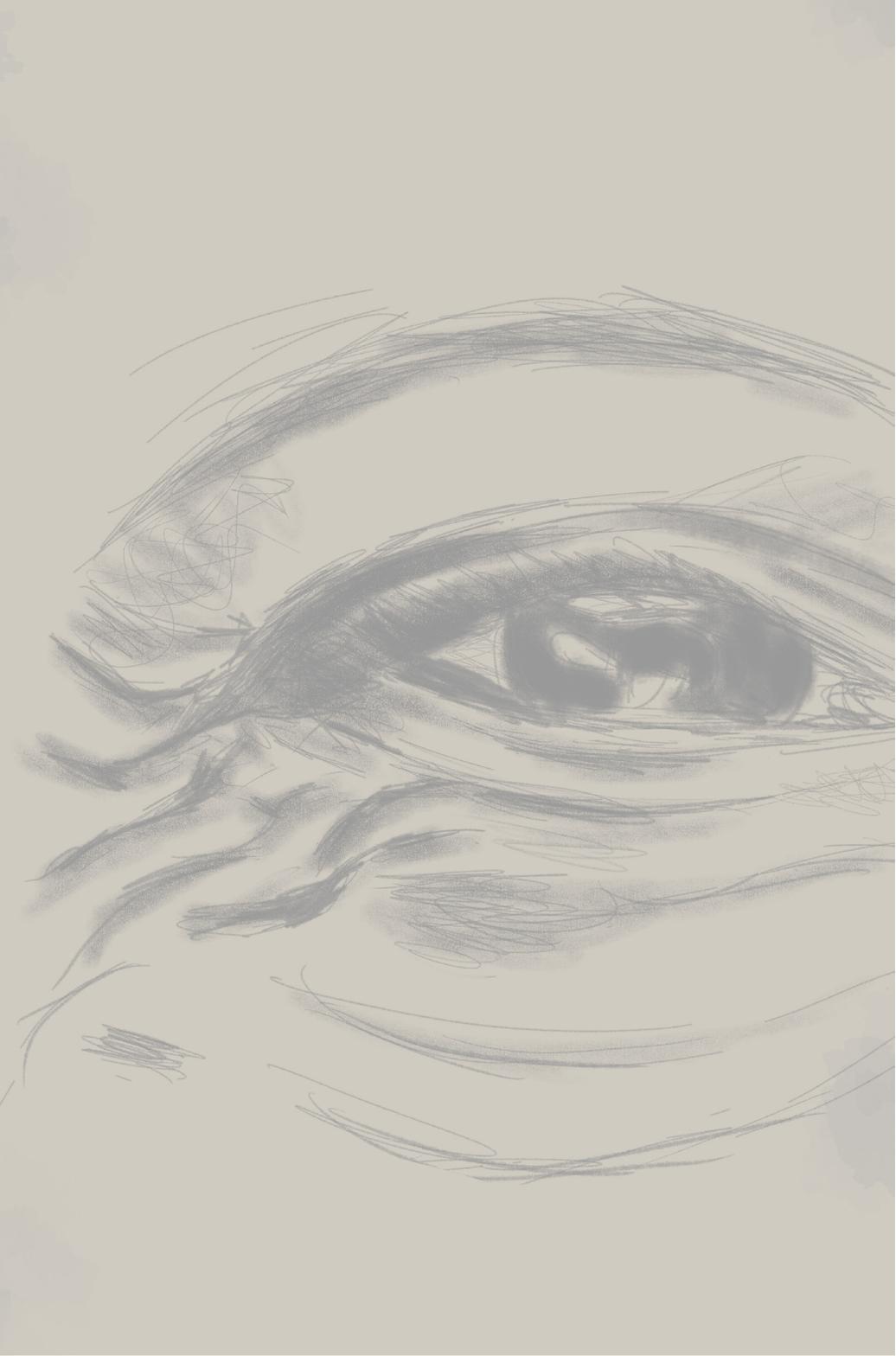


DOS LOUCOS E DOS SÃOS, DOS OLHARES VARIADOS SOBRE A RUA



EVELIN ALMEIDA



DOS LOUCOS E DOS SÃOS,
DOS OLHARES VARIADOS SOBRE A RUA

EVELIN ALMEIDA

2025, Evelin Almeida Rodrigues. Direitos reservados à autora.

EDIÇÃO E REVISÃO FINAL

Karina Gomes Barbosa

CAPA E ILUSTRAÇÃO

Helen Almeida Rodrigues

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Pedro Hudson

Este livro é um produto jornalístico, feito como pré-requisito parcial para a conclusão do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	10
INTRODUÇÃO	14
Wellington	20
Política de Movimento	42
O Centro é Pop, mas também é complexo	60
“Magaiver: Profissão perigo”	78
A Sopa da Tia Lica	94
Ruas de Todos	112
LINHA DO TEMPO	134
NOTAS	138

Àqueles que me permitiram adentrar em suas histórias e transmiti-las a quem precisa de um novo olhar. E que nossos olhares sejam cada dia mais de reconhecimento e menos de indiferença. Por fim, que possamos chegar aos Lugares de desejo em meio aos loucos, sãos e doidos variados.

“Olhe nos meus olhos, eu sou ser humano”

Anderson Lopes Miranda

PREFÁCIO

Falar deste livro nos inspira o quanto a população em situação de rua é tratada, como loucos doidos varridos ou um problema da saúde e assistência social.

Entendemos e o livro nos traz a importância da intersetorialidade das políticas públicas esta população não rasga dinheiro e não come bosta o que ela quer é ser vista e lembrada e não invisibilizada como o executivo o legislativo e o Judiciário a trata como um problema e não solução dos problemas.

Tem uma frase que gosto muito olha nos meus olhos sou ser humano e não bicho e nem lixo, política é que nem feijão só cozinha na pressão por isso que temos que pressionar estes órgãos a ter um olhar diferenciado para estas pessoas que se encontram à margem da imagem de tudo da moradia ,do trabalho da educação ,da cultura do esporte o que sempre sobra para ela e o resto do resto e quando ela reivindica o seu direito ainda questiona que direito você quer?

Tem uma música da banda do Titãs que fala o que este livro é:

Bebida é água!
Comida é pasto!
Você tem sede de que?
Você tem fome de quê?..
A gente não quer só comida
A gente quer comida
Diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída
Para qualquer parte...
A gente não quer só comida
A gente quer bebida

Diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida
Como a vida quer...

Bebida é água!
Comida é pasto!
Você tem sede de quê?
Você tem fome de quê?...

A gente não quer só comer
A gente quer comer
E quer fazer amor
A gente não quer só comer
A gente quer prazer
Prá aliviar a dor...
A gente não quer
Só dinheiro
A gente quer dinheiro
E felicidade
A gente não quer
Só dinheiro
A gente quer inteiro
E não pela metade...

Diversão e arte
Para qualquer parte
Diversão, balé
Como a vida quer
Desejo, necessidade, vontade
Necessidade, desejo
Necessidade, vontade...

Anderson Lopes Miranda
Pessoa com trajetória de rua 35 anos
Coordenador Geral do CIAMP-RUA do MDHC

Março de 2025

INTRODUÇÃO

Ler, escutar e escrever sobre vulnerabilidades do outro é como tocar uma bolha de sabão sem estourá-la. É tarefa difícil, especialmente quando não se aproxima com cuidado. Eu deixei essa bolha estourar diversas vezes. Muitas delas, a palavra certa não me alcançou, outras, apenas o silêncio conseguiu falar por mim, e às vezes também tive de parar e respirar pois o choro não cabia mais no meu rosto. Certo é, entendi que as bolhas estouram, não porque é um processo da física e da química, mas por ser um processo da vida.

O tema que envolve vulnerabilidades traz consigo uma grande responsabilidade de escuta, ética e, sobretudo, respeito. Ao longo do processo de construção deste livro eu esbarrei com todos esses desafios e mais: fiquei cara a cara com meus próprios preconceitos. Escolher trazer essas histórias de vida à tona para um mundo que, na maioria das vezes, não dá a oportunidade da escuta é um movimento necessário e se torna o início de um processo disruptivo de falsas realidades convencionadas socialmente. Falo o início de um processo disruptivo pois o caminho ainda é longo e cercado de enquadramentos, dos quais Judith Butler sabe bem melhor do que eu. Brincadeiras à parte, neste espaço eu não procuro esgotar as várias formas pelas quais uma vida não deve ser invisibilizada ou precarizada. Pelo contrário, mostro que existe uma história apesar de, e não por causa de.

Nesta breve introdução e preparo para as histórias que estão por vir, eu reflito sobre a obra como um todo, mas que já foram partes soltas inacabadas. Agora tenho o prazer de compartilhá-las com quem estiver interessado em ler com a mente e escutar através do coração. Palavras que não são reconfortantes e que incomodam, mas que se fazem extremamente necessárias.

Este livro-reportagem, ou livro de repórter, é a junção não somente do meu desejo de escuta, mas também do desejo e necessidade da fala. Por isso, ao escrever sobre Wellington, Cleverson e Anderson, é o corpo, o coração e a mente deles refletindo nessas palavras que seguirão por seis capítulos. A construção deste livro foi pensada a partir de uma estrutura que ofereça, além de histórias pessoais e não contadas, novas perspectivas sobre a rua, sobre as pessoas na rua e sobre a política para pessoas em situação de rua, especialmente em Mariana, mas não somente.

Fui atravessada por inconstâncias durante o processo de apuração que me levaram a caminhos não imaginados ou sequer preparados, e com uma boa dose de grandes aprendizados. Parte essencial para chegar até aqui foi minha orientadora Karina Gomes Barbosa, que acolheu minhas angústias quando uma aproximação não saiu como o esperado, me mostrou que não ter histórias fechadas ainda sim são histórias e fazem parte do processo, me apresentou os limites entre repórter e entrevistado, me alertou sobre os perigos aos quais eu estava sujeita em determinados casos e me fez entender que tudo bem reagir de uma forma não positiva frente a uma situação desagradável.

Tive que pensar cuidadosamente em coisas que nunca havia precisado pensar. E da maioria delas eu só me dei conta depois. A proximidade com o ambiente da rua a partir da perspectiva do outro. Ter uma cama sob um teto para dormir à noite. Dormir sem me preocupar se vou acordar no dia seguinte ou como vou fazer para me alimentar. Estar ao lado de uma pessoa que já foi presa por tentativa de feminicídio. Cometer erros ao falar para Cleverson ir descansar em casa, sem ele ter uma casa e perceber isso somente na gravação. Por fim, aceitar o esforço contínuo para não cair em uma falsa romantização de vidas, e que

em muitos casos como esses acima, foi inevitável. Apenas aceitei como parte do processo.

A decisão de escrever um livro como um produto para o meu Trabalho de Conclusão de Curso não foi pensada assim desde o início. Faltando poucas semanas para apresentar a primeira parte do meu trabalho, que até então seria uma monografia sobre dados de pessoas em situação de vulnerabilidade expostas no Instagram, veio até mim quase que de forma inconsciente. O meu caminho não era aquele, não estaria feliz seguindo com a monografia. Karina, minha querida orientadora, abraçou a minha loucura e da noite para o dia surgiu “Dos loucos e dos sãos, dos olhares variados sobre a rua”. Com toda a certeza, não foi bem assim da noite para o dia, mas olhando este projeto agora eu vejo que consegui, o que por muitos momentos achei que fosse impossível.

Mais uma vez, este livro reúne histórias de vidas de pessoas em situação de rua ou que possuem trajetórias de rua. Busca retratar como a política para pessoas em situação de rua foi construída e os agentes envolvidos nesta construção. Penso, a partir disso, que é a vez destas pessoas falarem de suas próprias vidas e histórias. Este livro não é o resultado ou resposta para uma urgência, mas ela é sentida durante o trabalho e externalizada pelas vozes que os acompanham.

Wellington da Silva de Oliveira abre as histórias com o primeiro capítulo. Ele compartilha sua vida, suas dificuldades, suas dores e as consequências de seus atos. É uma história forte, potente, dolorosa e, sobretudo, de quem é movido pelo “amor” e pela “paixão”. Nos capítulos dois e três, eu aprofundo na construção da Política Nacional para a População em Situação de Rua e em como ela também representa uma política de movimento social. Depois de

apresentada a Política Nacional, eu volto para Mariana com Paolla e Débora para compartilhar o “diário” de um Centro Pop, no capítulo três. Cleverson Lima Santos entra no capítulo quatro e apresenta um outro lado da rua. Uma história de altos e baixos, de muitas lacunas, mas ainda sim, a sua história. No capítulo cinco eu faço o processo contrário do dois e três com uma história nada política, mas que cumpriu esse papel durante décadas, se assim posso dizer: a história da caridade e da Sopa da Tia Lica em Mariana. Para fechar, o capítulo seis fala sobre a rua e a rua tem muito a dizer, assim como quem está nela. Esses dizeres estão espalhados por lá.

Para fechar, cabe um aviso ao leitor: este livro contém relatos reais que abordam temas sensíveis, como violência física, sexual, abuso psicológico e situações de vulnerabilidade extrema. Essas histórias dolorosas, fortes e únicas são parte da realidade de muitas pessoas em situação de rua. Os nomes que aparecem com o sinal asterisco (*) foram trocados para preservar a identidade das pessoas citadas, que não têm papel direto na narrativa. Vale ressaltar que as histórias contadas, bem como o uso dos nomes reais, se deram através do consentimento das pessoas.

WELLINGTON

Wellington da Silva de Oliveira tem 47 anos e foi uma pessoa em situação de rua pelo menos até o final de 2024. Eu o conheci no Centro de Referência para Pessoas em Situação de Rua - Centro Pop. Esta é parte da sua história contada a mim e alguns fragmentos da sua vida.

Era 30 de março de 2024 e ele já me esperava no local combinado. Sentado na mureta do tradicional restaurante Lafayette, localizado no miolo histórico da cidade de Mariana, Região dos Inconfidentes de Minas Gerais. Chego dando bom dia, me sento entre ele e sua sacolinha cheia de papel dobrado. Os papéis são para fazer seu artesanato em dobraduras que, quando encaixados, tomam formas de jarros e do que der na telha. No começo, estava com um sorriso meio tímido escondido debaixo do seu boné, e uma fala que seguia seu comportamento. Os pontos de táxi estão à nossa frente. Os taxistas, parados à espera do próximo cliente.

– Está gravando. Seu nome é... Wesley?!

– Wellington da Silva de Oliveira.

– Escreve assim?

– Nossa senhora! A letra é muito miúda.

Ele me mostrou a tatuagem para que eu pudesse olhar seu nome no ombro direito. Anotei como estava escrito: Weliton; mas descobri, meses depois, que seu nome em registro era, na verdade, Wellington.

– Só que aqui escreveu errado né... Um pouquinho. Wellington da Silva de Oliveira... É só você não reparar que você me pegou num dia mal, por causa da sinusite.

– Pergunto se ele não se incomoda em prosseguir, mesmo com a sinusite atacada.

– Não... Nós fala, um bocadinho nós fala.

Wellington da Silva de Oliveira nasceu na ‘Prainha’, apelido do bairro Santo Antônio, em Mariana, no dia 30 de setembro de 1977. Em 2024, completa 47 anos.

– Eu perdi minha avó de criação. Minha mãe morreu nos meus braços. Perdi uma irmãzinha que foi enterrada no Cemitério Santana, com um mês de nascida... Minha história é mais ou menos desse jeito aí. Eu comecei a fazer

artesanato...

– Fala guerreiro! (cumprimenta uma pessoa que passa), gostei e não parei mais. Mas não dá quase nada, quase nenhuma renda.

Era por volta das oito horas e a rua já estava acordada. Um dos locais mais movimentados da cidade, os carros passavam, arrancavam com o sinal, alguns também buzinaavam. As pessoas andavam na calçada à nossa frente em ritmos distintos. Não era como uma manhã de sábado no centro fervoroso de Belo Horizonte. Mas era um centro. Por enquanto, o público que por ali transitava se dividia, mais ou menos, entre quem ia pro trabalho e pessoas que voltavam com suas sacolas de feira. Havia muitos olhares curiosos para nós dois, para a sacola, para os papéis e as dobraduras.

– Desde quando você começou a fazer seu artesanato? Também pergunto como ele aprendeu.

– Ah, tem muito tempo. Tem mais de uns vinte anos atrás. Na cadeia. Lá dentro da cadeia. Minha infância foi cadeia.

– É? E você foi pra lá com quantos anos?

– É que eu morei com uma muié aí, lá em Ponte Nova... Não deu certo. Eu tenho sete minino lá. Aí não deu certo, ela tava me traindo. Eu tentei matar ela e o cara. Saí de novo e arrumei uma outra. Achei que era melhor que a outra... Mas pior ainda. Mesma coisa aconteceu e eu tentei matar ela e o cara também. Paguei uma cadeiada danada. Quase vinte anos. Lá em Ponte Nova.

Wellington diz que terminou de pagar a cadeia mais ou menos quando começou a pandemia do novo coronavírus. Nesse meio, foi transferido para Belo Horizonte e ficou mais ou menos um seis meses, foi liberado lá. Voltou para Mariana pelas oportunidades de emprego que a cida-

de oferece e por ser seu local de origem. Mas, passou parte da sua vida na cidade vizinha, em Ponte Nova, para onde foi morar quando tinha uns sete anos.

– Em Ponte Nova, lá o serviço é ruim. É bom pra aposentado, aí é bom. Tive um tumor no cérebro. Não precisei ser operado. Deus me curou. Hoje, se eu estou bem, eu agradeço a Deus.

Ele conta que tem sete filhos, em Ponte Nova. Já é avô: sua filha de 25 anos tem um menino de dois anos. O contato dos dois não é frequente, pela falta de um celular para fazer ligações.

– Ela queria vir pra cá, mas eu não quero, não. Não tem onde ficar e na rua não pode, né.

– E o artesanato, o que representou pra você naquela época?

– Ah, muita coisa, né. Porque através do artesanato, depois que eu perdi minha mãe, eu comecei a ganhar dinheiro e esses trem aí... É muito bom, está sendo muito bom ainda, mas paga muito barato. Cada folhinha dessa aqui é quarenta centavos, ali na Rua Direita.

Wellington produz seus artesanatos com folhas de ofício normalmente ganhadas de conhecidos ou ele mesmo compra quando sobra algum trocado. As folhas são sempre coloridas para dar vida aos vasos, e custam quarenta centavos cada uma. Com os materiais em mãos, leva em média uma semana para concluir o trabalho. Feito com dobradura e encaixadas, tomam formas de vasos. Ele produz por encomenda ou quando quer presentear alguém.

No dia em que conversamos, ele não estava sem camisa, como normalmente eu o encontrava. Vestia uma camisa listrada em vermelho, branco e cinza e linhas pretas demarcando o vermelho. É por conta da sua sinusite, ele explica. Uma bermuda em tom de azul escuro até o joelho

e nas laterais duas listras da bandeira do Brasil cortam a bermuda de cima a baixo, nas cores verde e amarelo. Usava um chinelo marrom e um boné de tecido jeans azul. Não deu pra contar as suas tatuagens, mas deu pra saber que todas elas foram feitas na cadeia.

Um novo personagem na história da vida de Wellington entra na cena. Tio Toninho, Seu Toninho, Toninho Taxista ou mesmo Seu Toninho Taxista. Wellington conta como o Seu Toninho o ajuda no dia a dia. Todos os dias, antes das oito, ele vai para o mesmo lugar esperar o horário do Centro Pop abrir. O Centro de Referência para Pessoas em Situação de Rua - Centro Pop, é o local que oferece apoio durante o dia com alimentação, higienização, guarda pertences, lavanderia e outros serviços de proteção à pessoa em situação de rua.

Lá no ponto de táxi ele conheceu seu Toninho, taxista antigo na região e que preferiu não se identificar. Para Wellington, Tio Toninho é servo de Deus e está aqui para ajudar as pessoas, nem que seja com uma moeda para comprar café, que é o seu caso. Ele passa as noites no abrigo, criado pela Prefeitura de Mariana de forma provisória para a época de frio, e durante o dia fica no Centro Pop, onde toma seu café da manhã e almoço. À noite, a janta é por conta do abrigo. É liberado todos os dias pela manhã. Não é lugar de permanência fixa. Por isso, vai para seu ponto preferido no centro. Faz suas dobraduras, conversa com conhecidos e principalmente com Seu Toninho. Mas, apesar de conhecer muita gente em Mariana, Wellington tem a companhia apenas do seu artesanato. Não é do tipo que gosta de “ficar enturmado”, afirma. Gosta da tranquilidade de poder sentar sozinho e mexer nas suas dobraduras. Vez ou outra alguém para prosear, como Seu Toninho e alguns outros taxistas que ficam por lá, ou então na companhia

de uma moça loira dos cabelos cacheados que o enche de perguntas atrás de mais uma história para contar. Sim, a moça sou eu.

– Tô doido pra arrumar uma morena, mas tá difícil. Pulei da ponte por causa de uma pretinha, porque gostava dela demais. Quebrei o fêmur. A ponte de madeira.

A ponte de madeira liga o Centro ao bairro Rosário, na rua Alphonsus Guimarães. É a primeira ponte em tábuas do estado, construída em 1713 . Atualmente se chama Ponte de Alphonsus de Guimarães e recebeu a última reforma no ano de 2012.

– Por que você pulou da ponte, Wellington? Você estava mal?

– Quem gosta, gosta né?! Eu gosto dela demais. Gosto dela ainda. Ela passou aqui, acho que foi ontem ou antes de ontem. Passou com a cara fechada e não quis nem me cumprimentar. Ela está morando no Cristal, com o irmão dela.

O Cristal é uma ocupação irregular urbana que fica próxima ao bairro Vila Maquiné. Os dois ficaram juntos desde que ele saiu da cadeia.

– Mais de seis anos, né. O dono da casa lá na Prainha pediu a casa e ficamos sem ter pra onde ir. Aí eu fiquei três dias pra rua afora e ela foi pra casa do irmão. E eu sem saber se ela terminou ou não... Me deu a louca, era quase sete da noite. Subi na ponte e pulei lá embaixo.

Faz mais ou menos oito meses que Wellington pulou da ponte. Nossa primeira conversa foi em março. Pelas minhas contas, o caso aconteceu por volta de agosto de 2023. Ele foi transferido para o hospital de Ouro Preto, operou a perna uma vez e vai ter que passar novamente pelo procedimento. Toma os remédios para dor, que pega na farmácia da Policlínica Central. Depois da primeira operação, voltou a trabalhar como carregador nas Lojas Azevedo - o local

vende eletrodomésticos, móveis e itens para a casa, uma loja tradicional em Mariana - enquanto deveria ter ficado de repouso, por indicação médica.

- Eu não fiquei não. Eu gosto de trabalhar, né?!

Mudamos de assunto. Pergunto sobre sua família, se ele tem irmãos.

Um irmão caçula em Ponte Nova, que está “dominando a casa” que era da mãe. Uma irmã em João Monlevade, Vanusa. Dois irmãos em São Paulo, Silvânia e Luizinho.

- Minha mãe pulou cerca demais.

- O que você considera como família?

- Só eu e meu irmão de Ponte Nova e a de João Monlevade, que é do mesmo sangue.

Pergunto se ele tem contato com a irmã Vanuza.

- Só por telefone.

- E você tem telefone?

- Tenho não. Quem dera. Eles roubaram o meu na porta do abrigo.

Ele começa a me responder pelas metades, não rende muito assunto quando pergunto do Centro Pop e do abrigo.

- De ontem pra hoje eu não fui lá. Nem jantei nem nada.

- Então você está sem comer esse tempo todo!

- Tenho que fazer uma penitência, né?!

- Por quê?

- Ah muita coisa ai, boba!

Ele pega sua comida no Centro Pop. O controle é rígido com as marmitas. Se fica sem pegar, há uma punição em não poder pegar comida por dois dias. Questão de controle interno deles. Mudo de assunto e volto a perguntar sobre a ponte de madeira.

- Você não vai tentar pular de novo não, né?

– Ah, não sei. Não sei o que minha mente está preparando, não. Minha mente está toda embaralhada.

– Sua mente está embaralhada?

– Tá! Já falei com minha irmã, mas ela está desacreditando de mim. Ela sabe que eu tenho possibilidade de pular mesmo e morrer. Não tô nem aí.

– Você já conversou com alguém sobre isso? Alguma pessoa do Centro Pop, algum psicólogo...

– Ah não adianta falar com eles, não. Eu tenho que ficar de repouso por causa da minha perna. Eles não querem me ajudar eu ficar na casinha lá do lado do abrigo.

Então ele me conta da Unidade de Acolhimento Institucional - UAI adultos, localizada na rua Dom Viçoso. O abrigo de frio foi estruturado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e fica ao lado da UAI adultos.

– Quando você não está no Centro Pop, por onde você anda?

– Ah, saio andando rua afora, por aí.

– Então sua mente está embaralhada. O que se passa nela?

– Tem hora que passa coisa boa. Tem hora que passa coisa ruim. Tem hora que dá vontade de morrer, esses trem aí. Depois que eu perdi essa menina, acabou.

– Você tentou conversar com ela depois?

– Tentei ainda não. Tem hora que está aborrecida, com raiva e não conversa com ninguém. Vai chegar a hora de conversar com ela.

– Ela ficou sabendo?

– Ah, já sabe.

Wellington está com os ouvidos atentos na nossa conversa, mas suas mãos estão sempre ocupadas, dobrando os papéis para finalizar mais um jarro. As folhas acabaram. Para que ele possa continuar seu trabalho, decidi ir

comprar mais papel. Nessa hora, percebo uma melhora no seu humor. O jarro tomava forma com as cores verde, azul, branco e rosa. A papelaria fica na Rua Direita.

Ele volta a reclamar das dores na perna quando se levanta. Descubro que a fisioterapia não adianta mais e agora é só com mais uma cirurgia.

– To falando com você que eu tô penando. Dói demais, uai. Eu tinha que ficar de repouso até sair a vaga para operar de novo. Aí é que tá. Se eu tô assim e eles não querem me arrumar o lugar lá pra ficar de repouso, se eu operar agora, eu vou ficar pra rua afora jogado de novo. É isso que eu não quero. Eles acham que é brincadeira.

– E o que você pensa desse sistema?

– Eles deviam ajudar as pessoas que estão precisando mesmo. Arrumar um lugarzinho. Débora falou que arruma um lugar pra mim ficar de repouso depois de operar.

Débora é a técnica de referência do Centro Pop responsável pelo acompanhamento de Wellington e Cleverson. Nossa conversa se estende enquanto caminhamos rumo à papelaria. Ele me conta das suas experiências trabalhando como ajudante de entregas na empresa Bartofil, em Ponte Nova.

– Já fui pra Rondônia, Manaus, Acre, esses lugar tudo afora. Já vi índio de perto. Um punhado de bicho, onça, cobra... Lá na terra do índio se você não pagar para atravessar você morre.

Foi nessa época que recebeu alguns de seus apelidos. Tripa seca, Seu Madruga, Salsicha. Mas aqui em Mariana, não parece carregar nenhum deles consigo. No caminho da papelaria ele agradece a Deus por ter lhe dado a vida de novo, lembra que era uma época boa, não tinha problemas na perna e conseguiu criar os filhos. Entramos na loja e começamos a escolher os papeis. Decidimos comprar nas

cores que o vaso tomava forma.

Folhas em mãos, seguimos de volta.

– Seu pai é taxista? Ele me pergunta.

– Meu pai? Não. Por quê?

– Ele tem um caminhãozinho que faz frete?

– Não.

– Ah.

– Meu pai mora longe de mim. Não sou daqui, não.

Não descobri o motivo da pergunta, mesmo assim seguimos a conversa. Ele quer saber mais sobre minha vida. Decidi então contar um pouco sobre meu tempo em Mariana.

– Cheguei a Mariana em 2022 para estudar. Agora estou quase acabando.

– Quase acabando de formar?

– É. Só falta meu TCC. Este que estou fazendo com você.

– Mas você vai ser uma advogada! Uma juíza!

– Vou não. Não gosto muito dessa...

– Muito perseguido né?!

– Eu acho muito difícil, sabe?

– Muito estudo, né?

– É, tem muita leitura. Eu faço Jornalismo. Você gosta dessa área? Do Direito...

– Eu não gosto, não. Nossa mãe do céu. Mas que é bonito, é. Advogado arranca a pessoa da cadeia... Olhar a causa da pessoa.

– E você teve advogado?

– Eu? Tive não. Era o advogado do Estado, né.

O barulho dos nossos passos se mistura com os alto falantes da rua, que propagam conversas entre desconhecidos, e carros passando ao nosso lado, enquanto caminhamos de volta para o restaurante.

Sentar mais um bocadinho, né?! Pode falando aí que nós vão trabalhando, diz Wellington quando retornamos.

...

Em nossa conversa vez ou outra aparece mais um personagem anônimo que passa pela rua e compõe o relato da vida dele.

– E aí, tranquilo?

– Ô, e aí meu patrão?!, cumprimenta um conhecido na rua.

– Como é que cê tá? Já viu a obra prima dele? É uma obra de arte. Um talento que eu vou falar com você, viu!

– É, o moço aqui que me salva direto também, a comprar folha. Ele que me ajuda.

– Se ele pular na ponte ali, sai voando. Isso é um anjo e está disfarçado aí... Ô gente, tudo de bom pro cês aí, com Deus.

...

Ele se distrai com a moça passando e corta o assunto para comentar comigo.

– Aí, olha! Dá pra entender um trem desse, aí? Tem filha, tem marido, mas não quer ter responsabilidade dentro de casa.

– Essa moça ali?

– É, uai. Ela é do Centro Pop, mora no abrigo. Não precisa não, gente. Isso é que é errado. Isso que eles têm que olhar. O que me deixa aborrecido é isso aí.

Wellington mantém o tom de uma conversa informal entre dois conhecidos e na maior parte do tempo, me con-

tava coisas que se passavam na sua cabeça, fragmentos da sua história e não se incomodava com o celular gravando. Era como se não tivesse nada a me esconder.

– Eu gosto é de um barraquinho mesmo, boba. Pra ficar tranquilo, de boa. Agora eles, não. Não tão nem aí pra vida. Gente com saúde pra trabalhar, tá nem aí, não tão querendo serviço nem nada. Eu, com a perna machucada, querendo melhorar. Doido pra arrumar um serviço, querendo trabalhar.

– Só Deus mesmo, tá! Vai aprender? Tem segredo não. Quer tentar?

– Deixa eu ver...

Ficamos em silêncio em alguns momentos, concentrados em dobrar o papel. No final de duas horas de encontro, já tinha pegado a manha das dobraduras.

– Vê se ensina ela direito. Agora tem que ensinar ela a encaixar, diz Seu Toninho.

– E o Seu Toninho, ele te ajuda também nas folhas?, pergunto.

– Não, ele me ajuda quase todo dia no café da manhã. Me dá dois reais pra pegar um café pra tomar.

– Você gosta de café?

– Gosto demais! Cafezinho é bom!

Wellington foi gentil ao falar que minhas dobraduras não estavam ficando tortas. Certamente eu não tinha a sua experiência, mas valeu a tentativa. Agora, além de dobrar o papel, eu começo a encaixar as peças para formar o vaso.

– Cansou?, pergunta Toninho ao me ver largando a folha de lado.

– Cansei! Tô fazendo tudo torto.

– Aí olha, trabalhei nessa firma lá em Ponte Nova. Eureka. Lá na Vila Alvarenga.

– Com encomenda também?

– É, de transporte, né. Wellington aponta para o caminhão que acabava de passar com a identificação da empresa.

– Tá fazendo arte?, pergunta uma senhora que passa.

– Fica lindo, viu?! , respondo.

– Você conhece ela também?, pergunto pra ele.

– Conheço, ela passa aqui todo dia. A tesoura é a mão, olha. Então rasga os papéis com as mãos em forma de quadrados. Bom que não suja, né. Não suja a mão, nem nada.

– É... só papel né?

– Você mesmo faz a sua comida ou almoça em restaurante?

– Não, eu faço a minha comida. Às vezes, quando não dá tempo, eu almoço em restaurante.

Algumas pessoas passam e se achegam para conversar com Wellington ou por curiosidade no trabalho. Seguimos assim, conversando entre nós, com os conhecidos e curiosos. O dia cinza se transforma em uma chuva leve. Eu e Wellington estamos concentrados dobrando. Retomamos a conversa da mulher que ele havia comentado: a que “tem casa, filho e tudo”. Ele mostra, mais uma vez, indignação com os motivos que a levam a estar nessa situação, enquanto “quem está mesmo precisando” muitas vezes não tem a mesma oportunidade.

– Quer gravar mais?, ele me pergunta.

– Acho que por hoje deu, né!

– Decidi encerrar a primeira parte da entrevista acreditando que iria embora naquele momento. Mas a conversa não terminou por ali. Ficamos por mais 40 minutos ali dobrando papel e conversando fiado. Nesse tempo, iniciei a segunda gravação daquele dia.

– Quer fazer mais?

– Pode ir fazendo. Eu vou ir ali buscar um café pra

gente! Você quer sem açúcar ou com?

– Com açúcar, né. Sem açúcar é ruim demais.

– Tem que adoçar a vida, né! Pera aí, eu já volto.

Coloco o celular no bolso com a gravação em andamento e me dirijo até a Padaria Lafayette, logo à frente. Volto com os dois cafés na mão e um guardanapo em cima para não pingar chuva e não esfriar.

– Pergunta ocê...

– Hum.

– Eu fiz aniversário e não ganhei nenhum presente. Eu tô na luta danada, menina. Sabe o que que é? Pra mim ter contato com minhas irmãs de São Paulo.

– E você fez aniversário quando?

– Eu fiz dia 30 de setembro.

Estamos no final de março, faz seis meses desde seu aniversário. Então ele me pede ajuda para arrumar um celular. Me comprometo a olhar em casa se sobrou algum celular antigo meu. Ele se empolga com a possibilidade de conseguir um celular. Eu, por outro lado, começo a me questionar alguns limites entre o que poderia vir a se tornar nossa conversa. Sabia que uma hora ou outra iria acontecer.

– Eu tinha, né. Mas uma pretinha roubou lá na porta do abrigo meu telefone.

...

Tentei uma aproximação com Toninho para pedir uma entrevista. Sem sucesso, ele não queria se expor ou falar isso publicamente.

– Essas coisas tem que ser da alma. Se falar, dá impressão que você está fazendo caridade. E não é isso. Não quero julgar ninguém. Julgamento é só lá em cima.

– Ela começa a contar alguns casos e continua:

– Todos nós somos seres humanos e erramos. Mas você explorar para fazer o seu bem próprio você não vai ser feliz. Mas vamos aí, né... Se puder carregar nas costas, a gente carrega, se não puder, a gente deixa... Ele podia estar ali, ó [ele aponta para o grupo da praça], mas achou um jeito de trabalhar, fazer sua arte, ocupa a cabeça.

– Tio Toninho, cê não vai embora agora não né?, Wellington pergunta.

– Não, vou mais tarde.

Ele estava preocupado com o almoço, porque percebeu que talvez eu não pudesse ajudar. Estava de “castigo” do abrigo e não podia pegar comida até domingo. Eu, por outro lado, tinha comprado as folhas, um café e ainda tinha o pedido do celular. Para ele isso já era abuso demais de mim. Toninho se distrai e volta a conversar com seus conhecidos que passam pela rua. Pede licença, pergunta meu nome, e volta para seus afazeres. Combinei, então, com o Wellington que minha hora também estava chegando. Ia preencher o encaixe de mais uma fileira e iria embora

– E você não bebe? Já bebeu? Como que é?

– Não. Já bebi muito já. Parei, graças a Deus, senão ia morrer. Compensa não.

– Você só bebia?

– Ah, bebia e fazia tudo né.

– E foi difícil [parar]?

– Foi não, mas Deus é bom demais, fui batizado duas vezes já.

Ele muda de assunto e começa a falar do novo corte de cabelo.

– Não sei se você reparou, o menino lá do Centro Pop cortou meu cabelo pra mim. Não sei se ficou bom...

– Eu reparei que você cortou o cabelo.

- Tava grande. Cabelo grande é só pra mulher mesmo. Dá trabalho demais.

Conversamos mais um pouco, termino de encaixar a fileira e faço algumas fotos dele. Chega mais um taxista nesse meio tempo e também joga conversa fora com a gente. Quando acabamos ele me pergunta se pode me acompanhar até em casa para pegar o celular comigo. O celular de presente de aniversário. Então eu faço a proposta de entregá-lo no dia seguinte: “Ainda tenho que procurar ele lá em casa”.

- Você vai ficar aqui amanhã também?

- Vou. Estou te amolando, né?

- Está não. Aqui é uma troca. Eu te amolo e você me amola. Ainda vamos conversar... Mais.

- E você aprender mais [a dobrar o papel].

- Tchau, Wellington.

...

O dia é 15 de maio. Um tempo se passou desde a nossa última conversa e muita coisa mudou. Para melhor, inclusive. Descubro que Wellington conseguiu um novo emprego de meio período como vigia no RecriaVida - um programa municipal para pessoas idosas com oficinas e atividades recreativas de segunda a sexta-feira. Agora ele trabalha na parte da tarde, de 13h às 17h, e recebe metade de um salário mínimo. Conseguiu a vaga pelo programa municipal Renda Mínima, com a ajuda da equipe do Centro Pop. O Renda Mínima oferece emprego para pessoas em situação de vulnerabilidade em alguma repartição pública do município, durante meio período. Fiquei sabendo da notícia através do amigo taxista, Seu Toninho. Vez ou outra eu tomo o caminho do Terminal Turístico para o tra-

balho na esperança de encontrar um deles. Normalmente encontro Toninho lá e sempre trocamos algumas palavras sobre Wellington. Isso me ajudava, pois era uma forma de eu não perder 100% do contato. Fiquei feliz e um pouco surpresa pela pequena reviravolta na história. Não via a hora de encontrá-lo para saber mais.

Um dia depois de saber a novidade, encontro por acaso com Wellington na rua. Agora ele é que me conta a sua novidade.

– As meninas do Centro Pop que arrumou pra mim. É... Elas encaixou meu serviço lá. Agora eu quero saber se vai cortar meu Bolsa Família. Esperar pra ver.

– Acho que não corta assim, não.

– Agora eu não preciso mais ir pro São Pedro pegar a janta, agora ela chega lá na casa do lado.

A casa do lado é o outro abrigo que tem na cidade. Ele se refere ao bairro São Pedro porque o Centro Pop, que antes era localizado no Centro da cidade, na Rua Frei Duro, agora fica no bairro São Pedro, Rua Raimundo Gamarano, mais afastado do centro.

– Eles estão querendo me colocar lá. Débora me perguntou se eu tenho interesse em ir pra lá, até eu alugar um barraco. Fiquei de dar resposta.

– Então você está feliz!

– Graças a Deus. Deus é bom. Agora é alugar um barraco. Mês que vem agora, dia 7, vai sair a audiência do Azevedo.

– Por que a audiência?

– É porque eu levei eles no pau, uai. Tá doido, eles arrebentou minha perna toda.

Dinheiro que ele esperava de um processo que entrou contra a empresa das lojas Azevedo no tempo em que trabalhou como carregador, depois que machucou sua perna

e voltou a trabalhar. Ele segue determinado a conseguir um lugar para ficar. Eu falo para ele ir juntando que vai dar certo.

– Onde você está ficando lá embaixo?

– Lá no RecriaVida. Lá é muito bom. Vai lá uma hora que você vai ver eu de tarde lá.

– Vou sim. Fiquei muito feliz por você.

– Artesanato agora só no final de semana.

Dou a sugestão para começar a ensinar os idosos no tempo livre e ele pensa em aceitar a ideia. Agora, o trajeto de Wellington era assim, me conta: passa a noite no abrigo provisório e sai pela manhã; vai para o ponto de táxi e espera dar o horário de abrir o Centro Pop; depois sobe para o bairro São Pedro, onde fica o Centro, toma café, almoça e se arruma para ir pro novo emprego. Temos uma conversa rápida, pois eu estava a caminho do trabalho. Ele esperava dar 8h e ir para o Centro Pop. Eu aproveito para tirar algumas dúvidas e volto ao assunto do processo.

Faço um mapa mental para tentar organizar os eventos de sua vida. Cadeia. Azevedo. Ponte de Madeira. Não necessariamente nesta ordem. Não dá para saber exatamente as datas certas. Afinal, é uma história de lacunas. Ao menos uma coisa eu soube naquela hora. A alegria estava estampada no seu rosto. O olhar de esperança em ver que estava dando certo. O falar sorrindo. E não, não era mais o mesmo Wellington de uns meses atrás na porta do restaurante. Temos uma nova versão.

...

Um mês depois, no dia 18 de junho, o ponto de encontro não é no Lafaiete. Aproveitei uma brecha na minha agenda de trabalho e fui ao RecriaVida encontrá-lo.

Eu chego e vou saber se ele está lá. “Ele foi ao banheiro e já volta”. Enquanto isso, fui procurar a Denilda Santos, a coordenadora do programa, para avisá-la sobre meus objetivos ali. “Estou aberta para qualquer ajuda. Toda ajuda é bem vinda aqui”, ela me diz.

O cabelo estava alinhado e cortado, sem boné. Usava uma blusa xadrez de manga comprida e calça jeans. Tinha feito a barba e deixou apenas o cavanhaque, sem o bigode. Ele fica empolgado ao me ver lá. Está sentado na entrada com uma outra funcionária ao lado. Começamos a conversar nós três. Falamos sobre suas conquistas e ele conta do seu desejo de comprar um tênis novo. Já tem planos para seu dinheiro. Wellington então começa a me atualizar sobre sua vida. A irmã de João Monlevade vai visitá-lo.

– E aí, você publicou o livro? Não, né?!

– Não, olha meu livro aqui. Estou fazendo ele ainda.

– Tá fazendo ainda?

– Mas, e aí? Me conta o que você está achando de ficar aqui.

– Nossa senhora, bom demais. Meu sonho foi realizado.

Na sala atrás acontece a aula de Tai Chi Chuan. A trilha sonora da atividade cria um cenário de tranquilidade, com melodias de meditação características de músicas orientais. Chega um de seus clientes do artesanato, que ele ganhou pelo trabalho no Recria. Ele traz o cisne de volta porque está faltando os olhos. Não está muito contente por ter recebido o produto “faltando”.

– Como pode fazer um cisne sem os olhos e o bico? ele resmunga.

Seguimos para a cozinha para tomar um café. No caminho ele me apresenta às pessoas. Algumas eu já conheço, outras são rostos novos. Na cozinha o silêncio do am-

biente penetra a sala, apenas o barulho do café enchendo o copo, misturado a nossas vozes. Ele serve meu café no copo de vidro. O copo dele é, na verdade, uma vasilha de plástico. Prefere assim, para não quebrar.

– Tá lavado, tá. Lavei agora. Se não tiver doce, briga comigo, não. Tem bolinho aí, pode comer...

– Aí você tem seu horário de café?

– Tenho.

Comemos uns pedaços de bolo e conversamos mais um pouco.

...

É dia 2 de julho e aproveitei que estava perto para visitá-lo no RecriaVida. Wellington está de celular novo e transborda felicidade. Agora ele pode falar com as pessoas e comigo também, diz. Me mostra o aparelho com alguns contatos que já salvou, o meu é o próximo na agenda. Voltamos para a cozinha, tomamos café e comemos bolo. Atualizamos algumas novidades na sua vida. A cirurgia da perna está para sair. Ele está na fila para o aluguel social e ainda continua à procura de um barraco. Falamos sobre sua família e seu padrasto. Wellington nunca viu o pai, que na época não quis assumir os filhos. Ele foi criado por seu padrasto, que irá visitá-lo em breve. A vida dele se transformou desde que nos conhecemos. Então, eu volto a um ponto crucial de uma parte dela e que ainda não havia explorado a fundo nas conversas anteriores. A relação com a rua. Ele volta ao tempo em que ficava no abrigo provisório de frio. O tempo não é seu maior aliado. Ele não sabe me informar ao certo quanto tempo permaneceu em cada lugar e pede para eu conferir com as “meninas do Centro Pop”. Para Wellington, o abrigo é um lugar perigoso e com

muita confusão.

– Ah, não foi bom na rua, não. Final de semana, feriado, tem que esperar a hora de entrar pra poder descansar e 7 horas tem que sair. Você não podia dormir demais porque [os usuários do abrigo] roubavam os trem da gente da mochila. Roubou coisa demais minha lá.

– Então você nunca conseguiu guardar nada seu? Que você leva com você...

– Não, porque eu gosto de andar com bastante roupa... Se eu quiser tomar um banho, na rodoviária, ou na casa de algum conhecido, porque eu conheço muita gente.

– No abrigo novo, eles também pegam ou deixam tudo guardado?

– Não, não pega não.

Entre idas e vindas sobre o assunto, ele volta aos seus amores e o desejo em arrumar uma “morena”. As conversas trocam de tema facilmente à medida que ele me conta seus causos... Ele até cochicha para mim sobre um funcionário do RecriaVida. “É cacoete... Fica falando pra chefe nossos horários”.

– Eu dei o grito esses dias pra trás, aí. Cacoete na cadeia morre, tá?!

– E na cadeia como é? pergunto, finalmente à vontade para me aprofundar mais neste assunto.

– Cê tá doida da cabeça. Quero voltar nunca mais, não! Aquele lugar não presta não... Gente querendo partir pra cima da gente, arrumar briga.

– É?

– Eu não dava mole também não, plantava água fervendo. Arrumei um ferro três oitavos, fiz uma ponta nele... Se pular em mim eu vou ter que matar um aqui dentro... Infelizmente, já tô cheio de cadeia [mesmo].

– E matou?

– Não, eu não. Só água fervendo.
– Você jogou água fervendo neles?
– Joguei, uai... Falou demais da minha mãe... Ela morreu nos meus braços, uai. Voltei pra cadeia de novo depois que perdi ela. Deus me perdoe, tá... Não gosto de ficar falando muito do meu passado, não... Meu passado é triste.

Acontece que ele foi fazer o café e, em vez de colocar açúcar, colocou sal e jogou em cima do rosto daquele que perturbava sua paz, conta. Depois desse episódio ninguém mexeu com ele mais. Falamos sobre suas tatuagens de cadeia. No ombro, tem gravado quatro nomes dos seus sete filhos.

– Carol, Vanessa e Tereza. Weliton é meu menino, que é meu clone.

Descubro que, na verdade, aquele era o nome do seu filho tatuado, Weliton Jr. e não o dele. Mudamos da cozinha para a recepção do RecriaVida. Já era quase hora de fechar o espaço. Dessa vez fui mais direta em minhas perguntas. As vendas com artesanato melhoraram depois que ele foi para o Recria, e agora ele ensina os usuários do Centro Pop a fazer os vasos uma vez na semana. Já eu o ensino a me achar nos seus contatos de telefone, ele não aprendeu a ler. Assim, pode me ligar quando sentir vontade. Aproveito para mostrar também os outros contatos. Ligamos para Amilton do Centro Pop, para Wellington resolver umas pendências com ele. Acabo entrando na conversa com Amilton para ajudá-lo a resolver uma questão de sua indenização do Azevedo, mas não adiantou de muita coisa. Quase cinco da tarde. Hora de fechar o espaço e de eu ir embora também.

– Boa nossa conversa. Tchau, Wellington.
– Tchau, fica com Deus!

POLÍTICA DE MOVIMENTO

Anderson Lopes Miranda tem 49 anos, 35 de trajetória de rua e, atualmente, no terceiro governo Lula, está como coordenador-geral do Ciamp-Rua, o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua, no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH). Anderson me pede que eu o identifique assim ao contar sua história.

“A nossa vida não pode ser escura, não pode ser invisibilizada. Eu não sou objeto, sou sujeito da pesquisa.”

Anderson Lopes Miranda

Anderson conta sua história e trajetória como fundador do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). E após escutá-lo tenho para mim que Anderson é a luta em movimento e o movimento em luta, e eu mostro o porquê.

Durante pesquisas documentais sobre a Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPSR), eu lia uma entrevista de Anderson que abre o *Caderno de Estudos n.º 37¹* – lançado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) com o tema *População em Situação de Rua: conceitos, métodos de contagens e políticas públicas*. A partir disso, entrei em contato com ele pelo Instagram, na esperança de que pudesse me responder. A tentativa inicial foi em 16 de fevereiro de 2025, e no dia 5 de março recebi o retorno. Poucos dias depois da sua resposta, nossa primeira conversa por videoconferência aconteceu enquanto ele estava no transporte público na cidade de São Paulo e ia para a rodoviária embarcar de volta para Brasília. Não conseguimos progredir pois o sinal falhava e interrompia as falas, por isso decidimos continuar em outro momento. No dia 12 de março fizemos duas chamadas por videoconferência, uma pela manhã e outra à noite.

Foi a partir da nossa conversa que pude escutar de fato como nasceu a PNPSR, através daquele que foi o precursor de um grande movimento, o MNPR. A história é de uma política que foi instituída em 2009, mas que traduz e carrega toda a luta do povo da rua e da organização de Anderson enquanto liderança e fundador do MNPR muito antes dessa data. “Em 2001 tava se organizando o Primeiro Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras de Material Reciclável”, conta ele, que estava em São Paulo naquele ano.

Cabe ressaltar que parte de sua história é vivida no

trecho, me diz. Sempre andando entre a Bahia, Belo Horizonte, São Paulo, e atualmente Brasília, por isso, quando nos falamos pela primeira vez ele saía da sua casa em São Paulo, onde mora a família, e voltava para Brasília, sua residência atual.

Até então, não havia ninguém com trajetória de rua em uma posição de coordenação do governo federal, dentro do MDH, me conta Anderson. Ao ler sua entrevista e também poder entrevistá-lo, entendi a importância dessa representatividade para as pessoas em situação de rua e para fazer a política andar.

Anderson: E aí já começo a fazer parte disso [dos movimentos que surgiam], porque eu participava de fóruns da população de rua, de rodas de conversa na universidade, sobre a população de rua, participava de coisas. Mas a gente não era organizado. Em 2001 aconteceu uma grande Marcha Nacional de mais de seis mil pessoas da rua em Brasília. A Pastoral Nacional conseguiu organizar o grupo.

A primeira Marcha Nacional da População em Situação de Rua aconteceu durante o primeiro Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, e representou um marco na organização da luta do povo da rua na reivindicação por seus direitos. A Pastoral do Povo da Rua surgiu em 1987², em Belo Horizonte, e Anderson conheceu as mulheres ou freiras oblatas da pastoral – mulheres oblatas normalmente compõem parte de congregações religiosas católicas – por volta de seus 15 anos. Essa relação perdura durante toda a sua trajetória, em que a pastoral possui importante atuação no cenário de construção e luta por direitos às pessoas em situação de rua, principalmente

nas décadas de 1980, 1990 e 2000.

Após a Marcha Nacional, Anderson voltou para o “trecho” e foi parar na Bahia, onde teve sua primeira namorada em Salvador e a primeira decepção amorosa, me conta. “Eu não sabia, ela era casada. E aí voltei para rua de novo. Eu tava me organizando na Bahia, em Salvador, com casa, com tudo, trabalho através de uma comunidade chamada Igreja Comunidade da Trindade, que fica em Água de Meninos em Salvador. E quando volto para rua, volto para São Paulo em 2004. No que eu volto para São Paulo, acontece aquele massacre de 2004, o Massacre da Sé”.

O dia 19 de agosto é uma data que remete ao sofrimento de uma população vulnerável, invisibilizada, e marca a luta, sobretudo, pela vida. O Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua não precisaria existir se, como sociedade, a humanidade de cada um dos corpos marginalizados fosse reconhecida. A precariedade da vida é distribuída de forma desigual e é justamente essa desigualdade que permite que algumas vidas sejam ignoradas, enquanto outras são protegidas e pranteadas. Judith Butler nos permite essa reflexão ao tratar da precariedade de vidas. É uma data necessária que gera a força de um movimento a surgir. Entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004, sete pessoas em situação de rua foram brutalmente assassinadas em São Paulo, na Praça da Sé, entre elas uma testemunha foi assassinada e mais sete foram agredidas. Mais de 20 anos se passaram e não houve condenados ou responsabilizados diretamente pelo crime.

Anderson: Eu vivi o massacre da Praça da Sé. Eu tava na rua nessa época, quando exterminaram as pessoas da rua, Maria Baixinha, Pantera, Antônio... Maria Baixinha era uma senhora que tinha 60 anos

e dormia em frente à Sé, no Chafariz. Pantera era uma travesti que dormia atrás da Praça da Sé, na Rua João Mendes, teve mutilado seu órgão genital, mataram a Pantera e ainda cortaram o, desculpa, não sei se você me permite falar, cortaram o saco. Eu conhecia essas pessoas [que foram brutalmente assassinadas], estavam já [inclusive] participando [dos movimentos emergentes], mas dormindo na rua, porque não tinha vaga nos albergues em 2004. Era o final da gestão da Marta Suplicy, da prefeita Marta. A gente participando das atividades da pastoral, atos na Praça da Sé, para romper a violência, sete pessoas mortas, mais sete agredidas, no total foram 14, mais uma testemunha foi morta, 15. E aí a gente fazendo atos e atividades contra o massacre, contra violência, querendo saber quem matou a nós. Dali começou minha vida de liderança, de movimento. Constituí o Movimento Nacional da População de Rua em São Paulo, comecei lá mas a gente já tinha a titulação com Minas Gerais, com Belo Horizonte, por causa da pastoral, com o Rio de Janeiro, Paraná, mas São Paulo, Minas, Brasília, foram os primeiros estados e cidades a constituir movimento. Eu fui participando disso e me organizando. Em 2004 eu crio o movimento em São Paulo, Movimento Nacional da População de Rua, na loucura. Eu consigo reunir dentro da casa de oração do povo da rua, mil pessoas. Já pensou? Eu consegui reunir mil pessoas da rua. Fui em todos os serviços de rua, conversei com a população, chamei e o povo veio, acreditou em mim. E dali a gente começou a reivindicar do Governo Federal, que era o Governo do presidente Lula já, melhorias.

O Primeiro Encontro Nacional sobre a População de Rua aconteceu em Brasília, 2005, mesmo ano que foi lançado oficialmente o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, durante o 4º Festival Lixo e Cidadania em Belo Horizonte. Com o apoio da pastoral e do Governo Federal, o movimento começa a tomar forma. Um ano depois, em 2006, o governo criou uma portaria (sem número) constituindo o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), para organização e elaboração de estudos na criação de políticas públicas para as pessoas da rua, em que Anderson também participou ativamente.

A rua no Brasil começa a gritar e passa a ocupar espaços também fora do país. Em 2005, Anderson parte para a Alemanha, representando a população de rua, no Encontro da Juventude com o Papa, a *XXI Jornada Mundial da Juventude*. “Em 2005 eu fui para Alemanha, fui participando das coisas, depois eu fui para Argentina, falar no encontro de população de rua, eu já começo a me organizar”. Em 2009, o Governo Federal faz o segundo Encontro Nacional da População em Situação de Rua em Brasília, e, após três anos, em 2012, acontece o primeiro Congresso do Movimento Nacional da População em Situação de Rua.

Anderson: Já com o movimento organizado, com a gente organizado. Eu estava presente. A gente faz o primeiro congresso. Eu fui trabalhar no Sindicato dos Comerciantes em São Paulo, que me liberou para atuar no movimento. Isso foi muito bom, Evelin. Porque muitas vezes você trabalha numa empresa que não te libera, né? E eu fui trabalhar no sindicato e fiz um acordo com o presidente: ‘Olha, eu tenho um movimento, eu não vou abandonar essa luta da rua.’ Dentro disso, eu consegui apoio para o movimento. Eu consegui forta-

lecer o movimento. Então, no primeiro congresso eu consegui camiseta, consegui bandeira, um ônibus para cada estado/movimento levar uma quantidade de 40 a 50 pessoas. A gente conseguiu fazer o primeiro encontro com 200 pessoas da rua em Salvador. Mas antes disso, em 2009, o Governo Federal cria a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Através desse Grupo de Trabalho Interministerial GTI, [que atuou em] 2006, 2007, 2008, a gente consegue que o Governo Federal tenha um olhar diferenciado para nós, de onde sai o primeiro “Aprendendo a Contar”, que é em 2007 para 2008, e eu fiz parte de toda essa história, essa é minha história.

*Rua Aprendendo a Contar - Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*³ foi a primeira pesquisa a nível nacional sobre a rua. O estudo foi uma construção feita pelo GTI no período de 2007 e 2008 para entender, sobretudo, a dinâmica da rua, quem eram as pessoas e a partir disso construir caminhos para políticas públicas específicas para pessoas em situação de rua. No estudo *Rua: aprendendo a contar*, podemos falar de um campo até então completamente inexplorado pela esfera governamental. Agora, a luta de Anderson, como liderança e coordenador do Ciamp, segue para a construção de mais um Censo Nacional da população em situação de rua, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), capaz de abranger de fato todas as pessoas.

Anderson: O Ciamp conseguiu mobilizar o IBGE para fazer o Censo Nacional, esse Caderno n° 37 cria um grupo de trabalho, através do Ciamp, para monitorar os censos, para acompanhar os censos no Brasil e para

criar uma metodologia nacional censitária para a população de rua. Isso foi através do Ciamp nacional. Agora nós estamos tentando. Conseguimos através da ADPF 976 que o IBGE assuma essa responsabilidade. É papel do IBGE. Porque IBGE conta gato, IBGE conta gado, IBGE conta cachorro. E por que não conta pessoas em situação de rua? Nós conseguimos que no Censo passado, de 2023, fosse colocado moradias improvisadas, que é barraca, lona, a população que tá em cortiço, essas coisas, foi incluída pelo IBGE, mas ainda não temos uma dimensão de quanto hoje no Brasil estão em situação de rua.

Em dezembro de 2023 o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) lançou o *Novo Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua - Plano Nacional Ruas Visíveis: pelo direito ao futuro da população em situação de rua*⁴. O MDHC já vinha desenvolvendo ações voltadas para esse público, e o primeiro ano do terceiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi marcado por medidas de proteção e atenção a esse grupo específico. Em contrapartida, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) para que o governo apresentasse ações concretas voltadas para a população de rua também em 2023.

A ADPF 976⁵ foi apresentada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MST) e pelos partidos Rede Sustentabilidade e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), sob o argumento central de que “a conjuntura precária vivida pela população em situação de rua decorre de omissões estruturais e relevantes do poder público, sobretudo

atribuíveis ao Poder Executivo – em seus três níveis federativos –, mas também ao Poder Legislativo”, de acordo com parte da decisão apresentada. A partir disso, a ADPF 976 prevê também, entre outros pedidos, que “seja deferida a concessão da medida cautelar para impor que os Poderes Executivos federal, estaduais, distrital e municipais promovam ações concretas no sentido de preservar a saúde e a vida das populações em situação de rua”. O ministro do STF Alexandre de Moraes deu prazo de 120 dias para a elaboração do documento, a contar a partir de julho de 2023. A ADPF se transformou em um dos principais documentos para criação de medidas efetivas de proteção às pessoas da rua. Através dela, o MNPR consegue avançar em um censo real, com dados e metodologias que sejam específicas para abranger todas as pessoas que estão em situação de rua.

Outro instrumento essencial elaborado a partir da ADPF foi o já citado *Caderno de Estudos n° 37*, com o tema *População em Situação de Rua: conceitos, métodos de contagens e políticas públicas*, lançado pelo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). O caderno de estudos é organizado pela Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD) do MDS. Aquele mesmo caderno em que encontrei uma entrevista de Anderson para falar sobre o Ciamp-Rua e o seu papel como comitê dentro do MDH. No capítulo 5 do *Caderno de Estudos n° 37*⁶, há o detalhamento do andamento da metodologia e estudos para a realização do Censo Nacional da População em Situação de Rua.

A política dentro da Política de Rua

Anderson: Nós pegamos o Ciamp no desmonte, ele tava todo desmontado. Tanto no governo [de Michel] Temer, quanto no governo [de Jair] Bolsonaro. O governo do Bolsonaro quis acabar com todas as participações sociais, conselhos, comitês, e foi acabando. Só que como o nosso era um decreto, ele mudou o decreto, criou uma portaria dizendo que as reuniões do Comitê Pop Rua eram online. Como é que você faz uma reunião online com lideranças e com população de rua se ela não tem internet, se ela não tem as coisas? A gente pegou um comitê desorganizado, um comitê que não tinha reunião. O que eu fiz? Primeira coisa, um processo eleitoral da sociedade civil. O governo do presidente Lula criou uma nova portaria, restituiu a portaria do comitê. Eram nove ministérios [com participação no comitê], nós aumentamos para 11 ministérios. E aí quando eu assumi em julho, já chamei um novo processo eleitoral da sociedade civil. Seis cadeiras para os movimentos e cinco cadeiras para fóruns e organizações. Em 2023, começamos, após o processo eleitoral, a fazer a reunião do Ciamp presencialmente com todos os membros titulares e suplentes até dezembro de 2024. Começamos a botar a casa em ordem, a fazer reunião regional. Fiz cinco reuniões regionais para ver onde tinha Ciamp, onde tinha Comitê Municipal, onde tinha Comitê Estadual, como é que estava a organização do Ciamp. Hoje eu tenho o panorama de que o papel dos comitês é monitorar, acompanhar e fiscalizar a política.

Em 27 de junho de 2019, saiu o Decreto nº 9.894⁷,

do ex-presidente da república Jair Messias Bolsonaro, que dispõe sobre o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua, o Ciamp-Rua. O governo revogou, entre outras partes contidas no decreto que instituiu a Política Nacional e o Ciamp-Rua, do artigo 9 ao 14. A Covid-19 foi declarada pela Organização Mundial da Saúde como uma pandemia em março de 2020. Nesse caso, a ordem dos fatos alterou e muito os rumos que a PNPSR tomou durante a pandemia do novo coronavírus. Anderson explica como o descaso do governo impactou diretamente o funcionamento da política pública e afetou a vida das pessoas em situação de rua.

Anderson: Política pública [durante a pandemia] você não tinha. E aí fica em casa pra lá, fica em casa pra cá... Quem não tinha casa foi para calçada, né? Os comitês, tanto nacional, o Ciamp Nacional, quanto dos estados e municípios pararam de atender essa população. E o governo federal também parou de injetar recursos. Mas o movimento atuou muito. Eu tava na Bahia, e na época conseguimos fazer com que o prefeito [de Salvador à época] ACM Neto [Antônio Carlos Magalhães Neto] abrisse os hotéis e motéis, e conseguimos enquanto movimento servir em Salvador mil refeições por dia.

Evelin: Então o movimento continuou atuando mesmo na pandemia?

Anderson: O movimento continuou atuando. Porque as pessoas ficavam em casa, a luta não. A gente não podia ficar em casa, enquanto houvesse pessoas nessa

situação na rua tínhamos que fazer muitas coisas.

Evelin: Para você, qual a principal importância do Ciamp dentro da Política Nacional para População em Situação de Rua? Contando o estado que vocês encontraram o Ciamp e que o Brasil voltou ao mapa da fome em 2022.

Anderson: O Ciamp é um comitê de monitoramento e assessoramento do Governo Federal. Ele diz para o governo o que não está funcionando adequadamente, por exemplo, o Centro Pop, Serviço de Acolhimento, a segurança pública está agredindo muito. E a gente tá fazendo isso desde de 2023, 2024, agora 2025.

A proposta do Ciamp é fazer um um encontro nacional, o terceiro encontro nacional de política pública. Para discutir com os estados, municípios, os movimentos e a sociedade civil, o que nós almejamos. Porque nós tivemos sete anos de desmonte, sete anos de retrocesso. Você dá um Auxílio Emergencial que não é um auxílio emergencial, há uma criminalização do Bolsa Família, há uma criminalização do Cadastro Único, há uma criminalização das políticas efetivas e é papel desse comitê monitorar, acompanhar e trazer de fato uma proposta.

No dia 6 de abril de 2023, o governo Lula, através do Decreto nº 11.472⁸, alterou o Decreto nº 9.894 e restituiu o comitê e todos os artigos que foram revogados por Bolsonaro. Os ministérios que foram excluídos voltam e são incluídos novos ministérios como os da Igualdade Racial e o das Mulheres. A configuração atual do Ciamp-Rua conta com a participação de 11 ministérios, cinco representan-

tes de entidades da sociedade civil e seis representantes de movimentos sociais da população em situação de rua.

...

Além do Censo Nacional que vem sendo trabalhado, o Ciamp se movimenta para melhorar outras áreas da política nacional da rua. Após um processo, que chamo de organizar a casa do comitê, Anderson apresenta uma série de ações em curso, uma nova perspectiva da PNPSR e o que de fato está acontecendo no campo governamental. O Ciamp-Rua possui cinco comissões permanentes: Comissão de mulher, de gênero, e de raça; Comissão de criança e adolescente em situação de rua; Comissão de relações institucionais; Comissão de dados de violências institucionais; e Comissão de política pública.

Anderson: Por que [comissão] mulher, gênero e raça? O feminicídio. Quando você fala em feminicídio de quem tem casa é diferente de feminicídio de quem não tem casa. A mulher de rua, ela é estuprada, é violada, é morta, ela perde os seus direitos, ela não tem para quem reclamar. Então, dentro do Ciamp Nacional, eu criei uma comissão permanente de mulher, gênero e raça, para discutir a mulher. A comissão de mulher, gênero e raça, ela trata isso também, gênero e raça. Você sabe que a população em situação de rua é negra. É negra, é pobre e elas [as mulheres] sofrem violação. E hoje também um aumento de pessoas LGBTQIAPN+. A gente precisa trabalhar isso. Ano passado nós fizemos o primeiro encontro de mulheres em Brasília. Conseguimos trazer para Brasília 100 mulheres em situação de rua do Brasil. Eu falo

isso com muito orgulho, 100 mulheres, quando elas discutiram e criaram um documento, uma carta. Uma carta de recomendação. O que elas querem de política pública. Porque não adianta você falar de dignidade menstrual para quem tem casa. E quem não tem casa? Não é só o absorvente, é um kit higiene, é uma roupa para ela poder tomar banho.

Anderson destaca também outras agendas que o comitê acompanha e projetos em pauta no Legislativo e no Executivo. “Agora, em julho, nós vamos fazer um seminário nacional de criança e adolescente para trazerem a realidade para nós, junto com o Movimento Meninos e Meninas de Rua”. A ação é fruto da Comissão de criança e adolescente em situação de rua. Na Comissão de política pública, que envolve não somente a assistência, mas a educação, saúde, trabalho e segurança pública, “tá saindo uma portaria agora que o Ciamp já aprovou, da lei do Minha Casa Minha Vida, que inclui a população em situação de rua no grupo prioritário, é a primeira vez que nós estamos conseguindo evoluir nisso. Nós temos uma lei do trabalho digno...”. A Lei nº 14.821 foi sancionada em 16 de janeiro de 2024, e institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua). A lei é fruto do PL 2245/2023 que foi apresentado pela Deputada Federal Erika Hilton (PSOL-SP). Para Anderson, boa parte das ações prioritárias para a população em situação de rua estão na reestruturação do Plano Nacional Ruas Visíveis e em transformar o Decreto nº 7.053 em lei.

Anderson: Em março agora, a secretaria executiva do MDHC vai apresentar uma nova roupagem do Pla-

no Ruas Visíveis, menor, melhor, mais estruturada e o Ciamp tem que aprovar. O Plano Rua Visível vem com 100 metas de execução, quase R\$1 bilhão. Por exemplo: fazer uma reunião com a Defensoria [Pública da União] era a meta, e não é meta. Meta é você executar política de verdade. Aumentar o Centro Pop, criar serviço de moradia, Minha Casa, Minha Vida. Criar um centro de defesa nacional. Fazer com que o Ministério da Educação crie salas de aula para a população de rua com recursos, com orçamento, com material. Isso é meta. Isso é plano. É plano de execução.

A luta fica

Evelin: Anderson, pensando na sua atuação como uma pessoa que teve trajetória de rua, está nessa luta e conseguiu também lutar por outras pessoas e hoje no governo, como você consegue conciliar esses dois lados de movimento social e instituição governamental?

Anderson: Eu tenho uma história de que o governo passa, a luta fica. Eu não vou em nenhum momento ferir a minha primazia, a minha ética e o meu princípio. Não sei se você reparou que o governo também é aparência. É status. Eu não tenho dentes. Porque a rua não tem dente. Eu tenho condições financeiras de colocar meu dente. Mas eu só vou colocar meu dente no dia que o meu companheiro e minha companheira tiverem condições de chegar lá no dentista e por todos os dentes, ter dignidade e respeito. Isso eu disse para o presidente Lula, "Presidente, o [programa] Brasil Sorridente vai atender a minha população? Vai atender o povo da rua?" Não. Então, enquanto nossa saúde não

der condições dignas de trazer a equidade, de trazer respeito, eu não posso dormir em berço de ouro. Eu não deixo o sistema subir na minha mente. Muitas vezes a gente esquece da onde vem e quando acabar o governo para onde eu vou voltar? Eu quero voltar para minha base, para minha luta, para o meu movimento. Aprendi uma frase com Frei Betto: “Política é que nem feijão, só cozinha na pressão”. Se você não tiver movimentos, entidades, universidade organizada, o governo vai sentar em cima de você, vai fazer que nem um pombo, cagar na sua cabeça e pronto.

Evelin: E você que viveu isso, acompanhou e criou, através do movimento, uma política, Como foi ver essa política nascer e 20 anos depois o que enxerga como avanços?

Anderson: Olha só que legal. Você está fazendo um livro, um material com a história e a trajetória de pessoas da rua. As pessoas deixaram de ser invisíveis. Elas se tornaram visíveis para a sociedade. Antigamente você cuspiá, você mijava nessa população, você xingava ‘esses mendigo, vagabundo, não quer trabalhar’. Hoje não. Você vê que essa população precisa de um novo olhar. Não é um olhar de coitadinho, não, é um olhar de ser humano. ‘Olhe nos meus olhos, eu sou ser humano’. É sentar com essas pessoas, muitas vezes o que a gente quer é isso. É sair da invisibilidade.

...

No meio disso tudo, temos frutos que nascem a partir da luta, e não falo sobre a Política Nacional para População

em Situação de Rua.

Anderson: No finalzinho de 2005, eu conheci uma companheira e ela ficou grávida da nossa primeira filha. Ela não é da rua, ela vem de situação de rua. A gente tá separado hoje de cama, mas não de família. A gente tem a casa, tudo, constitui a família, mas não temos mais relação. Isso é muito importante porque aprendi muito na rua, das separações. Esses vínculos familiares para mim trazem um pouco do que eu não tive. A gente tem relação de filhas, família. Não é abandonar, que nem os companheiros se separam e abandonam a mãe com o filho, eu não quis fazer a mesma coisa que os homens machistas fazem. A primeira filha, que hoje tem 19 anos, nasceu em 2006, pra você ver, ela é fruto disso. Ela nasceu depois do movimento, vivenciou um pouco a rua comigo, vivenciou os albergues, vivenciou a gente sofrendo muito, eu e a mãe dela. Depois, em 2008, a gente tem outra filha. Nós temos duas filhas, uma de 17 e uma de 19. Vou te contar uma história. Minha filha de 19 anos, na época tinha 6, era muito peralta dentro da sala de aula. Ela não era bagunceira, era peralta, porque viveu na rua um tempo comigo. E a professora disse assim pra ela: “Maria Beatriz, se você não se comportar, eu vou chamar o homem do saco para te pegar”. E ela respondeu: “Professora, pode chamar o homem do saco. Eu amo o homem do saco. Eu adoro o homem do saco. A senhora sabe, professora, quem é o homem do saco?” A professora olhou estranho para ela. “Meu pai, meu pai foi morador de rua que catava latinha com o saco preto nas costas. Esse é o homem do saco. Ele não cata criança, professora. Ele cata material re-

ciclável”. A professora me chamou no outro dia na escola. Mandou a diretoria e me chamaram lá: “Cara, que educação que vocês dão para as suas filhas. Eu queria que você fizesse um trabalho de formação com os professores da escola”. Eu fiquei seis meses dentro da escola ensinando a fazer cartazes, [a fazer] ato na rua e aos professores a despreconceituar. Por causa da minha filha. Entendeu? Por causa da minha filha.

A PNPSR foi implementada a partir do Decreto nº 7.053 e estruturada de 2009 para frente. No final da década de 90 Anderson se formou em um curso de chefe de cozinha, em São Paulo. Ele é pai de duas mulheres. Criou o movimento, participou do Grupo de Trabalho Intermunicipal, trabalhou como assessor parlamentar na Câmara Municipal de São Paulo, foi conselheiro nos segmentos do Ciamp-Rua, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Durante esses 20 anos, segue sendo a luta em movimento e o movimento em luta.

Anderson: Então assim, eu tenho um sonho, eu acredito, entendeu? Eu falo muito com as pessoas: hoje eu saí da rua, mas a rua não saiu de mim. Enquanto houver pessoas nessa situação, eu como liderança tenho que lutar para que essas pessoas tenham a mesma condição que eu tenho. Mesma situação que eu tenho, sabe?

O CENTRO É POP, MAS TAMBÉM É COMPLEXO

O Centro de Referência para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop) foi instalado em Mariana em 2019, dez anos após a implementação da Política Nacional para População em Situação de Rua, em 2009.

“A minha maior dificuldade hoje aqui no Centro é de saber que na maioria das vezes a gente não consegue fazer muita coisa mesmo não, sabe?”

Débora Oliveira, técnica de referência do Centro Pop

O Centro Pop é um equipamento que está dentro da proteção especial da assistência social. Isso significa que deve ofertar um serviço especializado para pessoas em situação de rua. Podemos comparar o nível de atendimento de um Centro Pop ao de uma urgência médica quando vamos a uma Unidade Básica de Saúde. O Centro Pop corresponderia à pulseira do tipo amarela ou laranja. O exemplo nos ajuda a entender o nível de complexidade desse serviço, que é contínuo e diário. É um equipamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e oferece tratamento especializado de acompanhamento a pessoas em situação de rua.

Além de ser um local para alimentação diária, higienização e outras necessidades básicas, é um ponto de convívio social que acolhe e trabalha o indivíduo em um espaço coletivo de forma técnica, através dos profissionais de referência, para que consiga superar a situação de rua. Débora Oliveira é técnica de referência no Centro Pop Mariana e atua no acolhimento dos usuários, cada um dos quais possui um técnico responsável por acompanhar e traçar planos de desenvolvimento pessoal. “Trabalhar aqui não é pra qualquer pessoa. Entende? A gente esbarra com tudo que você imaginar, com tudo do outro que está sofrendo. Essas pessoas estão sofrendo, sofrem todos os dias”, Débora relata.

O serviço foi tipificado em novembro de 2009⁹, e um mês depois instituída a Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPSR). O primeiro *Caderno de Orientação para o Centro Pop*, um documento guia para implementar uma unidade, é de 2011, dois anos depois. Quando falamos que um serviço foi tipificado dentro da assistência social, significa a sua definição formal, classi-

ficação e regulamentação no SUAS. Isso quer dizer que o serviço foi organizado de acordo com diretrizes, normas e critérios específicos, que estabelecem sua finalidade, público-alvo, atividades ofertadas, equipe necessária, entre outros aspectos. No caso do Centro Pop, a tipificação ocorreu por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que inclui o Centro Pop como um serviço de média complexidade.

Paolla Rodrigues é coordenadora do Centro Pop de Mariana desde maio de 2021. Estamos sentadas na varanda da sede atual do Centro Pop, uma casa localizada na Rua Raimundo Gamarano, bairro São Pedro. Conversamos. Ela tenta se lembrar de quando foi inaugurada a primeira unidade, mas sem sucesso. Calcula a partir do primeiro *Caderno de Orientação*.

Paolla: O Centro Pop ainda é muito novo. O Centro de Referência ainda é muito novo, tem poucos anos. A Política de Pessoa em Situação de Rua ainda é muito nova, e são poucas pessoas que se adaptam a trabalhar com pessoas em situação de rua. Porque tem que ter um jogo de cintura, sabe? Um dia está tranquilo, pode passar 10 minutos e virar um vulcão. São pessoas diferentes que estão convivendo em um mesmo espaço. Pessoas que às vezes fazem uso de alguma bebida, ou outro tipo de droga, e aí chega aqui alterado. Então, é complicado ter esse jogo de cintura.

Em Mariana, a unidade já passou por três endereços, pois não possui sede própria. A primeira casa do Centro Pop Mariana foi na Rua Mestre Nicanor, próximo ao centro da cidade; a segunda, na Rua Frei Durão, também no

centro; e a unidade atual está localizada no bairro São Pedro, onde conversei com Paolla e Débora.

Débora: Aqui a gente faz o acolhimento, o usuário chega, muitas vezes por demanda espontânea. A gente conversa com ele para entender qual o motivo de estar em situação de rua, qual a trajetória dele de rua, se tem contato familiar, se quer manter esse contato e se quer reconstruir os laços com a família. Pergunta se é usuário de álcool e outras drogas, se já faz acompanhamento em algum outro serviço de saúde. Geralmente é isso que a gente pergunta no primeiro acolhimento. Aí, no decorrer do tempo, se eles ficam aqui no Centro Pop por 30 dias, a gente coloca em acompanhamento. Eu sou a única psicóloga, o resto é assistente social. Então a gente divide. A partir do momento que eu pego a pessoa para referência tenho que fazer o Plano de Acompanhamento. A gente fala que é o PAIF: Plano de Acompanhamento Familiar. A gente coloca estratégias e objetivos para que esse usuário supere a situação de rua. O objetivo aqui, por mais que seja um serviço que garante o direito dos usuários, é que ele saia dessa situação. É como se fosse uma passagem. Aqui é um lugar de ajuda, no sentido de acolher, ouvir, escutar, mediar. Muitas vezes isso é difícil. Muitos deles não querem mesmo, no sentido também de que não dão conta sozinhos. Tem as recaídas, vai e volta, todo esse problema. Mas isso faz parte do serviço e do processo.

Evelin: Vocês providenciam também os documentos? Caso a pessoa não tenha?

Débora: Sim, nós temos que providenciar os documentos civis. Certidão de Nascimento, quando a pessoa não tem, porque ela não consegue fazer a identidade sem certidão. Mandamos pro cartório e normalmente não temos problema em fazer, já temos os canais.

Evelin: E é frequente?

Débora: Super frequente. A maioria que chega aqui não tem documento. Eles perdem com muita facilidade, por não ter lugar onde guardar...

Outro ponto importante desta estrutura tipificada e também especificada no *Caderno de Orientações Técnicas do Centro Pop* é de que os centros devem ser em local de fácil acesso, onde se concentra e circula a maior parte das pessoas em situação de rua na cidade. A sede atual está fora da região central de Mariana. Quem passa diariamente pelo centro da cidade, nos arredores do Terminal Turístico, consegue observar que há uma presença constante de pessoas em situação de rua. Foi lá onde me encontrei com Cleverson e Wellington na maioria das vezes. A antiga unidade, para se ter uma noção de distância, era localizada a cerca de dois minutos a pé do Terminal, na Rua Frei Durão. Agora, o endereço atual está há 24 minutos a pé do mesmo ponto.

Evelin: Qual é a média de pessoas que vocês acompanham?

Débora: Olha, depois que mudou pra cá [sede atual] diminuiu muito. De acolhimento, de quem nunca veio, está tendo por semana umas cinco pessoas. Mas

é muito relativo. Tem semana que vem cinco e outra, 10. Aqui é muito flutuante. Até porque muitos usuários são migrantes, vêm só de passagem.

Evelin: E quantas pessoas você acompanha hoje?

Débora: Hoje estou acompanhando seis pessoas. São pessoas que vêm todo dia. Antes tinha mais, diminuiu muito. Eles não estão vindo mais, não estão frequentando. Muitos estão tendo dificuldade de acesso, porque lá no centro é tudo muito perto. Já cheguei a acompanhar 10, 12 pessoas.

...

Apesar de a PNPSR representar um marco na luta pelos direitos das pessoas em situação de rua, ela foi estabelecida por um decreto e não por lei. E isso faz uma grande diferença na adesão de um serviço, nesse caso, da assistência. Um exemplo foi o descaso do governo do extremista Jair Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19, ao fragilizar e sucatear as estruturas da política nacional, revogando diversos artigos do Decreto nº 7.053. O fato é: um decreto pode ser facilmente revogado ou alterado, por ser um ato administrativo, enquanto uma lei possui maior estabilidade, podendo ser alterada ou revogada somente por outra lei, ou seja, depende de aprovação no Congresso Nacional. Portanto, na política da assistência social atual, a decisão de criar ou não um Centro Pop fica, basicamente, a cargo da vontade política e da priorização de governos estaduais e municipais, por mais que haja a tipificação para padronizar e regulamentar esses serviços. Enquanto a PNPSR não se tornar lei, sua implementação continuará dependendo,

em grande parte, da disposição e do compromisso dos gestores locais.

Evelin: Qual o critério para definir a quantidade de Centros Pops num estado?

Paolla: Hoje, para receber financiamento do Governo Federal tem que haver no mínimo 100 mil habitantes [na cidade], mas a implementação é feita a partir da Vigilância Socioassistencial [do estado], que deve saber quantas pessoas em situação de rua estão no município para determinar a necessidade de abrir o equipamento.

Esse controle é feito a partir do diálogo do município com o estado e na produção de um diagnóstico territorial, através da Vigilância Socioassistencial, um setor de acompanhamento, monitoramento, identificação e produção de dados sobre pessoas em situação de vulnerabilidade e risco focada na prevenção e atuação emergencial nos territórios. O estado de Minas Gerais concentra um dos maiores números de população em situação de rua no Brasil. Levantamento publicado em dezembro de 2023 pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), feito pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com Pessoas em Situação de Rua do Programa Polos e Cidadania¹⁰, aponta que Minas Gerais possui mais de 26 mil pessoas em situação de rua e ocupa o terceiro lugar, atrás do Rio de Janeiro e São Paulo, que lidera. Em Minas Gerais há 853 municípios e apenas 32 Centros Pops, sendo quatro em Belo Horizonte.

Paolla me conta que há um canal de comunicação por grupo de WhatsApp com todos os coordenadores de Centros Pops do estado, criado pela Secretaria de Estado

de Desenvolvimento Social (Sedese), para trocar informações, experiências e as vivências em cada centro. E apesar da estruturação definida, cada centro é um centro.

Paolla: Hoje a gente já vê que cada município tem sua forma de lidar [com o dia a dia em um Centro Pop]. Temos um grupo de Centros Pops de Minas Gerais onde estão todos os coordenadores e a gente troca figurinhas. É um diálogo bem aberto, de chegar e perguntar pra outro município se fulano passou por lá, se tem informações sobre a pessoa. Outro dia, estávamos discutindo como é feito o uso das máquinas de lavar em cada centro. A gente vê que tem alguns municípios que estão um pouco mais à frente com relação ao serviço do Centro Pop, tem outros que estão ainda engatinhando ou então sendo feito através do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), porque pode [e deve ser feito].

Evelin: Como funciona o controle daquelas pessoas que conseguiram sair da situação de rua?

Paolla: Nós não conseguimos mensurar, porque não temos informação de todos. Tem pessoas que somem e a gente não sabe onde elas estão, se estão bem... Algumas a gente tem, recebemos notícias e esses aí são nossos orgulhos. Porque a gente sabe que teve alguma intervenção nossa. Nós estamos tentando fazer esse trabalho de quantificar mais.

A dificuldade em produzir informações sobre as pessoas em situação de rua nos Centros Pops não é um fator isolado, e sim de todo o cenário nacional, especialmente

quando falo da elaboração de censos e pesquisas sobre a população da rua. É a reclamação já feita aqui no livro por Anderson Lopes Miranda, coordenador do Ciamp-Rua.

Anderson: O Ciamp conseguiu mobilizar o IBGE para fazer o Censo Nacional. Esse Caderno nº 37 cria um grupo de trabalho, através do Ciamp, para monitorar os censos, para acompanhar os censos no Brasil e para criar uma metodologia nacional censitária para a população de rua. É papel do IBGE. Porque IBGE conta gato, IBGE conta gado, IBGE conta cachorro. E por que não conta pessoas em situação de rua?

Segundo o *Relatório de Programas e Ações* do MDS¹¹, da Secretaria de Avaliação Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD), a cidade de Mariana possui 98 famílias no CadÚnico em situação de rua, registradas até janeiro de 2025. Com uma população estimada em 64 mil habitantes de acordo com o último Censo do IBGE 2024 e 12 mil cadastros de famílias inseridas no CadÚnico até fevereiro de 2025, ainda assim não se sabe o número exato de pessoas que estão em situação de rua na cidade. Vale ressaltar que o CadÚnico realiza a identificação a partir de famílias dentro desse contingente e não de pessoas.

O público predominante de pessoas em situação de rua na cidade é de pessoas que vêm para trabalhar pela alta oferta de emprego na área da mineração. Mariana é uma cidade mineradora que possui em atividade, principalmente, as empresas Vale, Samarco Mineração, Cedro Mineração.

Paolla: Aqui em Mariana a gente tem três tipos de público: as pessoas que estão só migrando, Mariana e

Ouro Preto são cidades turísticas, então normalmente tem artistas e pessoas que vivem do artesanato; tem aquelas que vêm transitando por causa do trabalho na região, porque tem o polo de emprego lá no Espírito Santo, tem no sul de Minas. Então tem é aqui esse trânsito, eles passam por aqui; e tem as pessoas que estão vindo pelas mineradoras e principalmente a reconstrução do Novo Bento.

No dia 5 de novembro de 2015 a cidade de Mariana parou com o rompimento da Barragem de Fundão na Mina Germano, pertencente à área de exploração da mineradora Samarco, pertencente à Vale e à BHP. As comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu foram cobertas e arrastadas pela lama que se espalhou por mais 49 municípios em Minas Gerais e no Espírito Santo e percorreu mais de 600 km pelo Rio Doce até chegar ao mar. Em 2025 completam 10 anos do crime que mudou para sempre a vida de milhares de pessoas. Nesse espaço tempo de uma década, houve também intensas modificações na dinâmica social e econômica da cidade. A reconstrução do Novo Bento e de Paracatu, pela Fundação Renova, que foi criada após o rompimento, trouxe trabalhadores de fora para atuarem nas obras, que se iniciaram em 2018. Além disso, a mineradora Samarco anunciou em dezembro de 2024 aumentar sua capacidade em até 60% em 2025. O fluxo de trabalhadores é intenso e a geração de empregos também. A Samarco, no último Relatório da Administração de 2024¹², publicou o número de mais de 15 mil empregados diretos e indiretos em sua área de atuação, que se divide entre Minas Gerais e Espírito Santo, com maior concentração na cidade de Mariana.

Paolla: A gente tá recebendo gente de Amazonas, do Pará, Alagoas, Ceará Maranhão, recebemos muitos da Bahia, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, da Venezuela, Bolívia, Argentina... E eles chegam a falar “aqui tá ruim, mas tá melhor de onde eu tô”.

Um problema da assistência

Nessa mesma direção, outros desafios são colocados à mesa, principalmente quando falamos na prestação de um serviço integrado entre as áreas de atendimento. Paolla aponta a necessidade de implementar mais equipamentos na cidade voltados para o atendimento à pessoa em situação de rua. A abordagem social é um deles. O Serviço Especializado em Abordagem Social consiste na busca ativa por aproximação de pessoas que possam estar em alguma situação de violação de direitos, especialmente em situação de rua. A Abordagem Social é um processo de trabalho planejado de aproximação, escuta qualificada e construção de vínculo com pessoas e famílias em situação de risco pessoal e social nos espaços públicos para atender, acompanhar e mediar acesso à rede de proteção social. Apesar de não ser um serviço implementado em Mariana, a equipe do Centro Pop realiza buscas ativas quando sente a necessidade, exceto à noite.

Evelin: Você vê isso como uma necessidade para ser implementada aqui?

Paolla: Acho que é importante ter. Acho que toda política pública tem que ser implementada, de preferência, na totalidade. Porque, senão, um trabalho fica precário mesmo. À noite, que é o momento que mais

tem pessoas, não conseguimos ir. Não temos equipe própria. Chegamos a fazer por um tempo e conseguimos identificar algumas pessoas. Umais mais, outras menos receptivas.

Além da necessidade de implementar mais serviços públicos, o diálogo com a saúde já é diário. O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) possui alta demanda do Centro Pop. Há o levantamento de possíveis usuários com necessidade do encaminhamento para o serviço. Mas isso tudo depende da vontade de cada um receber ou não a intervenção, pontua Paolla.

Paolla: Ainda há muito preconceito entre eles com relação ao CAPS. Acham que é coisa pra doido.

Evelin: E vocês fazem esse tipo de encaminhamento aqui?

Paolla: O tempo todo. Nem só encaminhar, mas a sensibilização e desmistificação do que é o trabalho do CAPS. Muito do que eu vejo e percebo é que está todo mundo sem paciência, sem condições de ajudar o outro. A maior parte das pessoas em situação de rua tem uma questão de saúde mental. Eu vejo muito uma crescente de saúde mental. Esquizofrenia, algum tipo de psicose. Muitos também não querem acessar o serviço. Então como a gente lida com essa pessoa, e ao mesmo tempo ela está em crise? Porque em surto é o CAPS que atende. Mas aquela pessoa que não está em surto, ela também precisa de um acompanhamento. Não existe uma política para essas pessoas.

Evelin: E o que você enxerga que precisa melhorar? O que você vê como um avanço?

Paolla: Eu acho que tem que melhorar tudo. Se a gente for pensar, por exemplo... o Centro Pop foi pensado de acordo com o CREAS, mas não é bem assim. A gente precisa de oficinairo, por exemplo. Precisamos de alguém aqui que faça uma oficina, atividades com eles. Quando tem gente fazendo atividade eles ficam mais no serviço. Quando não tem, eles ficam mais agitados e fazem mais uso de substâncias. Eu acho que precisa de ter alguma coisa que seja híbrida, não segregar o sujeito. Hoje o sujeito está segregado. Por exemplo: ele vem aqui no Centro Pop para se alimentar, conseguir seus documentos, ter momentos de interação, integração, de convivência. Isso é o nosso propósito. Mas, às vezes a gente não consegue por conta de uma questão de saúde. E, às vezes, a saúde não consegue acessar esse usuário. Usuário que eu falo aqui é usuário do equipamento, tá? Porque às vezes acham que é usuário de drogas, e não.

Pessoas que fazem a política

Enquanto o Centro Pop lida diariamente com os desafios de acolher e reinserir na sociedade pessoas em situação de rua, os profissionais que fazem a política acontecer enfrentam suas próprias batalhas. A falta de suporte emocional, o preconceito da sociedade e a complexidade do trabalho revelam, por trás de cada política pública, pessoas que muitas vezes precisam lidar com frustrações e limitações estruturais. Reflexo também da falta de reestruturação de um serviço que foi pensado com base no funciona-

mento de um CREAS, como disse Paolla.

Paolla: O sentimento predominante, às vezes, aqui é que a gente não está conseguindo fazer, principalmente quando alguém recai, retorna para o Centro Pop. Isso pra gente é pesado.

Evelin: É um sentimento coletivo?

Paolla: Sim. Às vezes tem essa sensação de fracasso quando a pessoa retorna.

Evelin: E vocês têm algum auxílio terapia, um psicólogo? Porque eu fico pensando que não é qualquer tipo de política que vocês exercem aqui...

Paolla: Não, não temos nenhum suporte (risos).

Evelin: E tem alguma coisa que fala na política nacional sobre isso para os assistentes?

Paolla: Também não. Hoje não tem nada que fale. Teve agora uma Conferência da Saúde, sobre a saúde do trabalhador, mas não foi algo específico.

Paolla e Débora, coordenadora e técnica de referência do Centro Pop, compartilham suas experiências e reflexões sobre o que significa trabalhar na linha de frente do serviço de atendimento às pessoas em situação de rua.

Evelin: Você já pensou em desistir?

Débora: Eu nunca pensei em desistir. A minha maior dificuldade hoje aqui no centro é de saber que na

maioria das vezes a gente não consegue fazer muita coisa mesmo não, sabe? E o que a gente consegue, o mínimo, já é muito bom. Essa é minha dificuldade, às vezes achar que estou enxugando gelo. Mas eu sei também que não depende de mim, depende da rede. A saúde muitas vezes não atua como deveria, então muitas vezes atrapalha o andamento.

...

O Centro Pop muitas vezes é cobrado por uma responsabilidade que vai além da sua estruturação. E não falo sobre negligenciar um serviço. A questão recai justamente sobre achismos populares na condução de um atendimento à pessoa em situação de rua. Para exemplificar, no dia 23 de maio foi realizada uma reunião ampliada no Centro de Convenções de Mariana, para tratar sobre o “Aumento Populacional e implicações no território: construindo ações”. A reunião foi convocada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania para debater sobre a população em situação de rua na cidade e, conseqüentemente, o aumento da população flutuante. A questão tem sido pautada na cidade pelo aumento populacional sem controle, a falta de habitação e a sobrecarga no sistema público. Mas, para além do intuito de debater o problema populacional, o encontro foi uma forma de resposta para alguns desconfortos causados na cidade. Paolla me conta sua percepção do evento.

Paolla: Eu acho que era necessário. Uma vez que a gente estava sendo atacado o tempo todo nas mídias, por pessoas que não entendem da política. Se tivesse pelo menos pegado a legislação n° 7.053 para poder

ler, a ADPF nova que saiu em agosto do ano passado do [ministro do Supremo Tribunal Federal] Alexandre de Moraes, 976, se eu não me engano. Se tivessem pelo menos se informado, acho que não teria nem um vídeo de pessoas em situação de rua. É só ler o artigo 5º da Constituição. Existe uma política na contramão, que temos que seguir, e aí vem todos os dias pessoas falarem que temos que retirar as pessoas, fazer uma busca ativa para sensibilizar a pessoa pra ela não ficar aqui. Mas ela vai ficar onde? Tem lugar? Um local digno? Tem uma política habitacional no município? Já falaram há um tempo pra gente mandar a pessoa de volta pra cidade dela. A pessoa quer? **Ninguém pergunta o que a pessoa quer.** Só vai transferir o problema. A gente percebe que aquela reunião foi muito importante nesse sentido. De explicar, demonstrar, trazer dados.

Evelin: De desmistificar também?

Paolla: Ah, é mais difícil, acho que demora mais para desmistificar. Ainda tem muito achismo sobre a pessoa em situação de rua: é a pessoa vagabunda, não quer nada com nada, por isso ela está em situação de rua, não vai querer sair porque ela tem tudo, lugar para tomar banho, comida boa, dormir, o governo dá Bolsa Família; então porque a pessoa vai querer sair da rua? E tem alguns que, realmente, não querem mesmo. Mas muitos querem.

...

Apesar do diálogo constante com o sistema de saúde,

os profissionais da assistência lidam com casos extremos de saúde dos usuários, principalmente de saúde mental, sem ter o preparo técnico de um profissional capacitado para tal função.

Paolla: Pra gente é muito desafiador. A gente brinca que somos um CAPS sem medicação e sem enfermeiros.

Evelin: E aqui não tem ninguém dessa área...

Paolla: Não tem ninguém da saúde aqui para apoiar, porque é um equipamento da Assistência.

Evelin: Nem na política [para População em Situação de Rua] tem essa composição?

Paolla: De profissionais são todos que estão na NOB SUAS, mas na NOB SUAS não tem enfermeiro, médico, psiquiatra, técnico em enfermagem. Então não podemos contratar.

A NOB SUAS de que fala Paolla é a Norma Operacional Básica da Assistência Social¹³, cuja edição mais recente é de 2012, e a primeira publicação veio em 2005. A norma funciona como um livro de receitas para a estruturação dos serviços, planejamento e monitoramento de ações para o pleno funcionamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Evelin: Então vocês têm que contar com...

Paolla: A sorte.

Débora é psicóloga, mas atua na área da assistência como técnica de referência, e já trabalhou na rede do CAPS de Mariana. Por diversas vezes, ela tem de fazer essa separação entre as duas áreas no seu dia a dia.

Evelin: E você como profissional da saúde mental, mas sem atuar na área, enxerga isso como uma necessidade?

*Débora: Sim. Porque o sujeito não é só o social. Eu entendo que é necessário porque muitos vêm abordando isso comigo. De serem atendidos por mim pelo fato de eu ser psicóloga, apesar de eu deixar claro que o atendimento é o mesmo para todos. Então vejo, sim, a necessidade de ter um psicólogo clínico aqui. Não sei se é possível por conta da política [PNPSR]. Muitas vezes o CAPS não atende. É muito delicado. Eu acho que o sujeito precisa desse acompanhamento. O problema não é a droga, a gente tem que escutar o sujeito por trás da droga, entender qual a função da droga na vida dessa pessoa. **O sujeito não é a droga.***

“MAGAIVER: PROFISSÃO PERIGO”

"Eu tenho certeza que Deus vai ajustar tudo em segunda ordem, segundo tempo. Tudo é na mão de Deus e tudo quando Deus quer."

Cleverson Lima Santos

- Cleverson? Você está bem?
- Aham, pode falar.
- O que você tem?
- Tô...
- Está com sono?

Cleverson não dormiu direito na última noite. Percebo isso quando nos encontramos e ele caiu no sono pelo menos duas vezes em cinco minutos de conversa. É sábado de feriado, Dia de Finados, e combinamos de nos encontrar às 9h. Às 9h15 ele apareceu. O dia amanheceu quente e escolhi o banco perto da fonte, na Praça Gomes Freire, popularmente conhecida como Jardim. Ele pediu desculpas pelo atraso, não havia dormido direito, pois teve de acompanhar a irmã na Policlínica Central da cidade. Também me perguntou como iria funcionar e por onde começava. Eu disse para ficar livre e me contar o que quisesse. Mas todo meu discurso se desfez entre aqueles minutos em que pensei ter sua atenção, pois na realidade ele havia caído no sono. Sua fala estava embolada e arrastada, de quem passou uma noite não dormida no Terminal Turístico de Mariana, ao lado da irmã. Percebi que a melhor saída, e a última tentativa, seria comprar um café. Ele pescou por mais algumas vezes até eu conseguir fazê-lo levantar, rumo à padaria Lafayette. Um percurso de cinco minutos a pé.

- Você está bem para andar com esse joelho?
- Dá para andar. O joelho está rangendo.
- Foi por isso que você ficou internado?
- É porque a bebida alcóolica ataca os ossos, os nervos, ataca tudo, sabe? Bebida não faz bem pra saúde, e o que eu bebia era cachaça, não era cerveja. Inclusive, tô tomando um comprimido para tirar essa sujeira do corpo. Quase direto eu vou no banheiro.
- E não é o remédio que te deixa sonolento, não?

– Não é o remédio, não. Eu nem cheguei a tomar remédio.

No caminho, fomos em conversa sobre sua irmã e também sobre sua tia e o tempo que ele passou dormindo de favor lá. A irmã se machucou e pediu ajuda a Cleverson. “Ela bateu o nariz no chão, quase quebrou o braço e caiu com a cara no chão, usou muita droga, né?” Descobri que se tratava de uma irmã de consideração, e ao contrário de Wellington, que andava a maior parte do tempo sozinho, Cleverson sempre tinha algum conhecido ou algum deles por perto. Foi quando percebi que ali havia uma relação de companheirismo. O seu ato de acompanhá-la até a unidade médica foi um indicador e arrisco a dizer que eles se defendiam, estabeleciam suas regras e prestavam apoio uns aos outros, e normalmente se encontravam juntos na praça ao lado do Terminal. Sobre a tia, imaginava, até aquele momento, que ele estava de favor em sua casa. Era difícil obter uma informação precisa e acompanhar tantas mudanças na vida de Cleverson, então apenas me deixei levar.

– Minha tia agora já largou, e ele se sentiu ofendido e quis ofender a família. Eu não aguento isso. Eu sou bom igual um ouro, mas não aguento desaforo comigo.

Enquanto reclamava da situação com a tia e o ex-companheiro que o ofendeu, não percebeu que havia um poste bem na sua frente e foi de cara. Sem saber se era o sono, o remédio, o joelho ou todos os fatores juntos, percebi que Cleverson não estava bem, tanto fisicamente quanto mentalmente.

...

Conheci Cleverson Lima Silva no Centro Pop, fazendo artesanato, há cerca de dois anos. Na época, eu estava a

trabalho e Cleverson me despertou atenção ao mostrar as bonecas que fazia com folhas de jornal e revista. Os usuários tinham oficinas e atividades durante alguns dias da semana para que pudessem aprender trabalhos manuais, como o artesanato. Na época cheguei a incentivá-lo comprando alguns materiais para que pudesse fazer as bonecas, e ele ficou muito contente e agradecido. Prometera também fazer uma boneca especial para mim, em forma de agradecimento. Assim, começamos nosso contato. E, a partir daquele momento, passei a ter curiosidade sobre sua vida. Ele era uma pessoa muito carinhosa e afetuosa, diferente de tudo que eu imaginava até então. Mas, foi somente no final de 2023 que consegui consolidar minha ideia de contar sua história aqui. Desde então, tivemos muitos desencontros. Acreditei que a primeira conversa seria no início de 2024, mas ela nunca aconteceu. Foi quando presenciei o que parecia ser sua primeira recaída, apesar de ele nunca ter falado diretamente sobre isso. Ele estava no processo de saída das ruas.

O Centro Pop é um meio para que a pessoa consiga superar a situação de rua. Eles cumprem um plano de acompanhamento para que possam ser encaminhados à Unidade de Acolhimento Institucional (UAI) do município, que funciona como uma casa, só que para pessoas que possuem vínculos rompidos. Cleverson estava em acompanhamento na UAI, mas não permaneceu. Esses momentos que parecem ser recaídas representaram uma questão crucial para conseguir manter o plano de sair das ruas, e também para a minha aproximação.

...

No dia 8 de julho o encontrei no Centro Municipal

de Especialidades Previne. Eu ia na padaria ao lado e ele iria marcar um exame. Recebi atualizações sobre sua vida; agora ele morava de favor com a tia. Conseguiu uma obra para fazer, próximo ao Supermercado Dara, e frequentava a igreja. Não tinha mais tempo para fazer suas bonecas, pois estava trabalhando muito. Além disso, ainda mexia na obra da casa no Cristal (Cristal é uma ocupação irregular urbana em Mariana) que fazia com seu irmão . Percebi naquele encontro do acaso que ele estava de volta aos trilhos e trabalhando para se reerguer. Mas ainda lamentou pelos seus problemas pessoais: filhos, família e a própria saúde que não estava bem. Me fez um desabafo sobre seus arrependimentos, de certa forma, e as dificuldades que enfrentava para construir sua casa, a quantidade de remédios que tomava e a falta de saúde para viver bem. Sua fala transmitiu naquele momento a tristeza e o arrependimento de quem caiu em si e agora refletia sobre seu passado. Foram cerca de 20 minutos de conversa e eu não consegui me estender muito.

...

O outro encontro foi no feriado de 7 de setembro. Era sábado e ele estava indo buscar um dinheiro na casa da tia. Pegamos o mesmo ônibus sentido bairro Cabanas. Eu ia fazer compras no Supermercado BH. Cleverson estava descalço e machucado, com o pé muito inchado e não conseguiu sentar. Perguntei como estava e qual seu destino. Ele usava roupas sujas e suava muito, além de quase não conseguir ficar em pé. Sem ter muito tempo para conversar, além do ônibus estar cheio, eu descii no ponto de destino e ele prosseguiu viagem. Na última vez que nos encontramos o cenário estava diferente.

...

Passaram dois meses sem mais notícias dele pela cidade. Procurei informações sobre o paradeiro de Cleverson com o Wellington e a Paolla e Débora no Centro Pop, mas sem sucesso, até descobrir sua internação em Conselho Lafaiete por conta do problema na perna. Era dia 1º de novembro e eu precisava escrever. Eis que nesse mesmo dia nos encontramos por acaso mais uma vez. Ele estava à procura do Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC) para emitir mais uma via de sua identidade, perdida novamente, e caiu no departamento errado, onde eu me encontrava. Acontecimento de sorte, eu diria. Caminhamos até o setor certo e conversamos um pouco sobre sua vida. Ele me pediu para ajudá-lo a conseguir a identidade, mas eu não tive sucesso. Falei que procurasse o cartório e emitiu uma nova via da sua certidão de nascimento. Assim, em um encontro inesperado, me agarrei àquela oportunidade para retomar o projeto. Ele demonstrou empolgação, disse que queria me ajudar. E realmente, em muito ele me ajudou mesmo, pois além da história eu pude reconstruir muitos pensamentos sobre a rua e sobre as pessoas que estão nessa situação. Me perguntou como seria e eu expliquei mais uma vez.

– Até os problemas da minha vida, como a rua?

– O que você quiser e se sentir à vontade para me contar.

– Eu tô precisando de ajuda para comprar um colírio, meu olho tá muito ressecado.

Marcamos de nos encontrar no dia seguinte, feriado de Finados, e se ele não tivesse conseguido o colírio até lá eu o ajudaria. Cleverson concordou.

– Vou descer já então, porque vou passar no cartório,

depois vou no CAPS para pegar meus remédios e olho o negócio do colírio. Mas você vai mesmo amanhã?

– Pode me esperar lá.

Uma questão sobre cidades pequenas como Mariana: os encontros com pessoas conhecidas são recorrentes. Para a minha sorte, sempre esbarrava com Cleverson no centro da cidade, onde observar ao redor se torna mais fácil e possível de acompanhar os passos, às vezes acontecia até demais, diferente de uma capital como Belo Horizonte em que dificilmente o acaso vira comum. A maioria desses momentos, tanto com Cleverson, quanto Wellington, acontecia no dia a dia, na rotina, e em muitos deles eu estava fora da minha “função”. Nosso último encontro ao acaso foi naquela noite, no Jardim. Cleverson estava a passeio e eu com alguns amigos. Me disse que dava uma volta para ver o movimento e depois foi embora.

...

Chegamos à padaria e lá na porta estava um amigo que ficou com ele no tempo que estava no “abrigo” (UAI). Me perguntou se eu o conhecia. “Apenas de vista”, disse. Deixei os dois, entrei e comprei dois cafés grandes e uma coxinha – Cleverson ainda não tinha comido nada. Na volta, ele dividiu o café com o companheiro e guardou a coxinha. Sentamos nas escadas que dão acesso às lojas comerciais ao lado da padaria, que naquele dia estavam fechadas. É onde também costumam ficar pessoas em situação de rua pedindo alimentos ou trocados para as pessoas que por ali passam; comigo acontecia sempre. Os principais pontos que as pessoas em situação de rua costumam frequentar na cidade são o Terminal Turístico, a praça ao lado e as escadarias próximas da padaria; o fluxo nesses lo-

cais é maior. Apesar de a nova unidade do Centro Pop não ser mais localizada no centro da cidade, e sim no bairro São Pedro, cerca de 15 minutos de distância, é onde eles mais se concentram. A antiga unidade era mais próxima, na Rua Frei Durão, no centro, a menos de cinco minutos dali. Percebi que ele estava mais à vontade naquele local, ao contrário do banco no Jardim, e sem cochilos.

Cleverson me contou que completou 52 anos no dia 8 de janeiro. Nascido em Tatuapé, perto de Diadema, São Paulo, se mudou para Minas quando tinha 8 anos, junto do seu irmão. Sua fala estava dispersa e se transformou quando percebeu que tratava de um livro e ele tinha de contar sua história em uma entrevista. Em um tom mais robótico, Cleverson fazia seu relato tal qual como em uma entrevista mais formal.

– No momento eu pensei em ajudar você para a gente construir esse livro, também estudar um pouco sobre ele, ler e levar as pessoas mais a sério. As crianças de hoje em dia que não respeitam muito os pais, que usam drogas, estão na cachaça, na prostituição. Queremos tirar essas pessoas do mau caminho. A gente pretende ser mais inteligente, ser mais aprofundado sobre serviços, sobre obras, todo tipo de serviço leva a crescer a mente, o coração, corpo e a alma e que Deus possa por a bênção para que a gente possa ir tocando esse barco para a frente, que também a gente não vai sozinho, porque Deus fala: “Se Deus é por nós, quem será contra nós”.

Digo amém e pergunto se ele tem frequentado a igreja. Ele conta que sim, depois de um tempo “afastado do evangelho”, mas que “certamente vou ficar direto, pretendo ficar. Quero seguir, ser uma pessoa mais aprofundada na igreja. Quero lançar umas palavras bíblicas sobre pessoas que estão atoladas no poço, para tirá-las de lá, e que o

mundo nosso não é fácil, o mundo é astuto, o mundo é cruel”. A igreja que ele tem frequentado é a Deus e Amor, no bairro Cabanas.

Percebo, depois, que em alguns momentos interrompi sua fala para fazer algumas perguntas e, depois, reflito que talvez ele não tenha gostado das minhas intervenções. Ele continua, sem interromper sua linha de raciocínio, a fala anterior à minha pergunta. “...e também, não sou contra igreja nenhuma, porque igreja nenhuma leva ao céu, o que leva ao céu é a palavra do Senhor. E também, pretendo ter um coração humilde e bom. Se Deus ver que eu mereço dar algumas coisas que possam ajudar as pessoas de comunidades mais carentes, pessoas que andam nas ruas dormindo”.

Eu falo com ele que para isso é necessário estar bem primeiro, para depois querer ajudar o próximo. “Isso é verdade. Na realidade, eu procuro acompanhar pessoas que querem o meu bem, pessoas que querem lançar minha semente para surtir flores e não espinhos. Porque se eu plantar espinhos eu vou colher espinhos, se eu colher água vou colher tempestade”. Mesmo atrapalhado no ditado, o recado é dado. “...Sou uma pessoa do coração humilde; sou muito bom; sou também um pouco nervoso, mas se souber me levar, me leva a qualquer lugar; não sou corrupto; não tenho dó de nada, de comida nem nada; sou uma pessoa humilde, nascido de uma família humilde, honesta, trabalhadeira.”

Tento estabelecer uma linha de raciocínio, mas confesso que estava meio dispersa naquela conversa. Ele permanece concentrado em me prestar aquele depoimento. Para isso, gasta um tempo falando das doações que precisa arrecadar para ajudar seus companheiros em situação de rua, “...porque são muitos moradores de rua que sofrem,

passam fome, passam frio, dificuldades, e assim por diante”. Ele decide encerrar nosso diálogo pela primeira vez na conversa. Anuncia que vai parar e continua depois. Eu, contudo, não encerrei a gravação e tento saber mais coisas sobre ele.

Cleverson me conta que começou a trabalhar muito cedo no campo com a família. Desde 8 anos ajudava o pai com pedra sabão, além de fazer serviços braçais, como o corte da cana-de-açúcar e plantações em geral. A vontade em trabalhar nunca parou, me relata ser um cara que está sempre à procura de empregos e bicos por aí, principalmente obras, seu ofício principal. A aposentadoria que ele recebe não é o suficiente para o manter (ou ter) uma casa, pois está com o nome sujo na Justiça e por isso, conta com esses bicos para mudar de vida. O último local que trabalhou foi próximo ao Dara Supermercado, mas conta que infelizmente a obra foi paralisada e agora está sem nada novamente.

– Vamos parar agora e ir lá ou você quer continuar?

– Mas você quer ir aonde?

– É porque eu vou pegar o almoço.

– Mas agora são 9h40. Que horas você tem que pegar o almoço?

– Me parece que são 11h.

– Então, ainda temos tempo.

O fato de ele achar que já tinha dado o horário me fez perceber que sua noção de tempo estava afetada. Confesso que insisti em continuar ali, mas sabendo que ainda havia tempo para buscar seu almoço, sua preocupação maior. Tentei puxar mais algumas questões sobre sua vida, e ele continuou seu relato. Falou sobre sua amizade com Wellington, sobre sua irmã e terminou mais uma vez em Deus, reafirmando sua missão em seguir a palavra. Imagino que

sua relação com a igreja e Deus, que ele pontuou por diversas vezes, tenha uma busca pela superação e sua “cura”. Mas entre a palavra e a sua fé, o uso da bebida me parece ser o principal sabotador dos seus planos que começam e recomeçam várias vezes.

“Eu não sou rico, mas sou filho do Dono”

– Quando eu fui pra rua, tinha na faixa dos 17 anos de idade. E dos 17 até os 52 anos eu morei na rua. Uma vez eu tinha o que comer, outra vez não, outra vez tinha o que beber, outra vez não. Pedia na rua, não tinha vergonha. Nunca precisei roubar, nunca precisei judiar de ninguém, pular residência. Sempre fui honesto e respeito todo mundo. Espero que Deus me dê esse dom e continue a mesma coisa de sempre.

– Esse tempo todo você ficou em Mariana?

– Sim, foi em Mariana que fiquei esse tempo todo passando na rua. Mas, porém fui acolhido no Centro Pop que me deu um bom apoio.

Ele manda um abraço aos profissionais que o ajudaram no Centro Pop e a todos que ainda o ajudam, assim como a mim – também me manda um abraço por áudio e me deseja sorte na carreira. Voltamos para o assunto dos seus empregos nesse meio tempo e ele me relata a dificuldade financeira para manter seus filhos que ainda são menores de idade. A aposentadoria não é o suficiente. Sua ex-mulher morou com ele por cerca de nove anos, entre idas e vindas, e no final foi viver em Itabirito com outro homem. Algumas janelas ainda permanecem abertas sem eu conseguir associar as datas e o tempo em que ele realmente foi para a situação de rua.

– A casa que eu tinha, cheguei numa situação críti-

ca, na época de chuva eu passei muito aperto com minhas filhas, sem emprego e sem nada, tive que chegar numa situação de vender a casa e dividir com a esposa. Faltou dinheiro, faltou comida, faltou tudo. Minhas filhas ainda eram menores. Mas Deus me ajudou tanto que eu consegui vencer e tô vencendo até hoje, em nome do Senhor.

Pergunto se suas filhas hoje estão bem. Ele alega que sim, mas uma delas realiza tratamento no CAPS. Sua ex-mulher, que mora em Itabirito, também. Por isso, ele está sempre pedindo ajuda para remédios e caso de internação. Sem fornecer muitos detalhes sobre a filha, ele tenta encerrar novamente nosso assunto.

– E assim por diante eu agradeço a todos que me escutaram, me deram apoio. E se quiser mais alguma coisa pode me ligar no número que a menina (no caso, a menina sou eu) vai passar, eu vou estar andando com dois, três números, para quando errar um o outro atender. E assim, a gente vai entrando em ação até fazer esse livro muito glorioso e sagrado.

“Nós não somos cachorros, somos seres humanos”

– O que eu vejo na rua é a maior catástrofe, né? Porque a gente na rua dorme na friagem, nem todo dia a gente tem um cobertor, nem todo dia a gente tem uma blusa, nem todo dia a gente tem um colchão, às vezes dorme em papelão. A vida na rua é dura, não é fácil. É arriscado morrer, é arriscado ser matado de formas muito cruéis, porque hoje em dia o mundo está cheio de crueldade, não tem defesa. Muitos amigos morreram, entorpecentes, cachaça, droga.

Um conhecido de Cleverson passa e o cumprimenta com pressa, segue andando e o chama para ir à igreja. Ter-

mina falando que Deus está com ele. Eles trocam meia dúzia de palavras à distância e Cleverson responde que está frequentando. Cleverson me conta mais um caso de superação e afirma que o amigo “está firme no Senhor”.

– E o abrigo que eles montaram para o frio? Não está funcionando mais?

– É isso que a gente tinha que entrar em conversa em sociedade, com prefeito, com vereador e todas parcerias que possam nos ajudar, que consigam um abrigo para pessoas carentes. Porque vêm pessoas de fora daqui, entre 60% e 70% são pessoas que vêm do interior, de baixa renda, que vêm para trabalhar, e às vezes emprega, às vezes não. Pessoas que têm família lá fora. Eu tenho certeza que Deus vai ajustar tudo em segunda ordem, segundo tempo. Tudo é na mão de Deus e tudo quando Deus quer.

– Onde você costuma dormir?

– Olha, nessa época, igual tá agora, muita chuva, muito frio, inclusive, mesmo ontem, eu praticamente dormi no tempo, porque eu não tinha um cobertor. Eu tentei doações e não consegui. E minhas coisas que eu tenho, não tem cobertor, assim, bom nem nada, são roupas de trabalho.

– E nos finais de semana vocês têm só o almoço e a janta, sem café da manhã?

– É, porque geralmente o Centro Pop dia de sábado e domingo ele não abre hora nenhuma. Então tinha que entrar em conversa sobre esse assunto, para ter pelo menos um café da manhã, porque as pessoas que moram na rua sofrem muito. Sofrem pior do que um cachorro, sabe? Porque pelo menos um cachorro ainda acha um restinho daqui e dali, fuça um lixo, fuça outro. Mas nós não somos cachorros, somos seres humanos. Somos pobres, aliás, pobre é o diabo. Somos pessoas de classe baixa, mas a gente tá

sempre naquela precisão. Vamos supor, é tão triste quando você acorda de manhã e não tem nem um café puro para tomar. Isso deixa a pessoa muito intrigada, porque a vida nossa não é um mar de rosa, a vida nossa...

Ele se distrai quando vê um outro conhecido passando na rua, que também frequentava o Centro Pop e hoje superou a situação de rua, me conta.

– Deixa eu te falar, nós seres humanos, pelo menos eu, a minha parte fraca é a mulher. Eu amo a mulher. A criatura que Deus pôs no mundo é uma mulher. Principalmente quando a mulher também ama o homem verdadeiramente. É muito gostoso ver uma família reunida na mesa almoçando, jantando. A pior tristeza que tem é o marido e os filhos conviverem separados, isso é uma desunião. Deus não fez a gente para andar separado, por isso que a Bíblia fala: é bom andar dois juntos porque quando um cai o outro te levanta. Amém?

– Amém.

Mais um conhecido de Cleverson se aproximou, está em situação de rua também, e se encontrava alterado. Me pediu dinheiro e eu disse que não tinha. Cleverson diz a ele que sou sua namorada e que me “roubou”. Ele começa uma brincadeira que não gostei muito. Me senti incomodada e invadida. Percebo depois que talvez tenha ultrapassado alguns limites de proximidade com eles, mas decidi seguir e tentar contornar a situação.

“Um dia eu vou tomar juízo”

– Aqui, vamos dar um tempo para você ver minha irmã? Quem sabe ela conversa um pouquinho também?

– Vamos. Onde ela está?

– Ela tá um pouco ali na frente.

Depois da terceira tentativa de parar, decidi que era melhor atender sua vontade e não forçar mais assunto. Ele se levanta com dificuldade e fala que se um dia a coluna dele ficar ruim eu terei de cuidá-lo. Dou uma risada e tento mudar a conversa. Seguimos em frente, sua irmã está na praça ao lado do Terminal.

– Olha a turma de bêbado que fica ali, olha.

– Ela está ali?

– Ela tá, mas vou chamar ela em particular para não misturar. Ah lá ela lá, no cantinho.

– Mas não é perigoso, não?

– Não, eu vou chamar ela lá para frente.

Chegamos e Cleverson começa a cumprimentá-los, comigo atrás. Ele pega os remédios de sua irmã com um amigo. Os remédios estavam dentro de um saquinho de pão e ela deveria tomar depois que saiu da Policlínica naquela madrugada. Finalmente, depois de passar por todos, sou apresentada oficialmente à Viviane. Ela estava no canto extremo da pracinha, mais afastada dos outros.

Cleverson: Ela é da Prefeitura, veio para falar com você. Fala alguma coisa pra ela.

Viviane: Eu não consigo falar. Falar o quê? Eu não consigo.

Em uma mistura de vozes que se aproximam, cumprimentam “Magaiver” (apelido de Cleverson) e Viviane, estou no meio tentando uma aproximação. Alguns deles são conhecidos de Cleverson que frequentavam o CAPS, ele me conta.

Cleverson: Essa descabelada aqui da minha irmã, não ficou muito lá porque ela fica mais na rua do que lá (no

CAPS). Mas quando ela vai comigo, fica mais de boa.

Viviane: Um dia vou tomar juízo.

Decido não expor todo nosso diálogo aqui, pois Viviane se encontrava em uma situação de muita fragilidade. Apesar de me dar permissão para gravar e Cleverson ter contado sobre meu livro, eu não tive tanta certeza que ela estivesse em seu completo juízo para se recordar desse momento depois, ainda mais em um livro.

“Macgyver: Profissão perigo”

MacGyver foi uma série de televisão americana lançada em 1985 e transmitida no Brasil em 1986. Tem como personagem principal Angus MacGyver, um agente de forças secretas solucionador de problemas complexos através de maneiras fáceis, sempre utilizando um canivete, fósforo e fita adesiva e não adepto da violência ou do uso de armas de fogo. Em Mariana, o “Profissão Perigo” é Cleverson Lima Silva, de 52 anos. Todos o chamam assim, fato que também já presenciei algumas vezes. O motivo é pelo seu trabalho como detonador na mineração, explodindo pedras, ele me conta. Acredito que a origem se dá, particularmente, pelo fato de ser um “solucionador de problemas”, ou o famoso “pau para toda obra”.

...

Naquele dia, me despedi de Cleverson sem ter a certeza de que o encontraria novamente para mais uma conversa. Até o momento, continuo sem saber do seu paradeiro.

A SOPA DA TIA LICA

A próxima história não é sobre como uma política nasceu, mas sim da prática de assistência social que começa muito antes de ser implementada uma política pública voltada para pessoas em situação de vulnerabilidade no Brasil, seja a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) ou a Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPSR). Chamo a prática de assistência todo o ato de filantropia ou caridade por instituições e organizações que possuem por finalidade ajudar o próximo em situações de vulnerabilidade.

“Foi muito bacana e isso vai ficar pra história da cidade, de todas as pessoas que passaram e que contribuíram, a tia Lica. Mas a gente também precisa evoluir e não podemos ficar presos só na história”

Teresa Cristina dos Santos, assistente social

A caridade é um dos conceitos centrais da Igreja Católica e está entre uma das virtudes cristãs: fé, esperança e caridade; a intenção e missão do ato é presente em diversas passagens bíblicas e documentos papais. Um exemplo dessa expressão são as Cartas Encíclicas, documentos escritos por papas que orientam fiéis e cristãos da Igreja Católica para tratar de problemas sociais e fazer um convite à reflexão sobre determinado tema, como a encíclica *Deus Caritas Est* escrita pelo Papa Bento XVI em 2005, a *Rerum Novarum* escrita em 1891 pelo Papa Leão XIII e a *Laudato Si*, de 2015, pelo atual Papa Francisco; elas abordam a justiça social e da caridade, do cuidado aos vulneráveis e da caridade da igreja como um ato de amor ao próximo. Em Belo Horizonte, no ano de 1987 surgiu a Pastoral Nacional do Povo da Rua, através da Fraternidade das Oblatas de São Bento junto à população em situação de rua e aos catadores de materiais recicláveis. Atualmente, a pastoral atua em diversas cidades do Brasil. É uma iniciativa de caráter humanitário que possui história na construção das políticas públicas para as pessoas em situação de rua.

Já em Mariana, presente muito antes de implementada a política de assistência às pessoas em situação de rua (2009), a caridade surge através de ações voltadas para pessoas carentes, em situação de vulnerabilidade e de rua. E, apesar da PNAS e a PNPSR terem sido instituídas para assegurar o acesso aos direitos constitucionais, por décadas os atores sociais eram pessoas que faziam trabalhos voluntários de caridade. Mas a mentalidade mudou gradativamente até consolidar a assistência social como um direito de todo cidadão e não mais como ato de boa fé.

Nessa direção da caridade como uma missão evangelizadora, que consiste em praticar atos manifestos em sociedade de ajuda ao próximo e não apenas através da pala-

vra, nasceu em Mariana a Casa da Sopa Tia Lica. Durante mais de 50 anos foi um trabalho de caridade, advindo do sacerdote da Arquidiocese de Mariana monsenhor Vicente Dilácio. Em 1959, monsenhor Vicente fundou as Obras Sociais de Auxílio à Infância e à Maternidade Monsenhor Horta. O nome foi em homenagem ao centenário do nascimento de monsenhor José Silvério Horta. Após seis anos, em 1965, surge a Casa da Sopa, da qual esteve à frente por muitos anos Dona Maria Delfina Gomes, ou Tia Lica. Este serviço fazia parte do conjunto de atendimentos filantrópicos das Obras Sociais, junto ao Lar Comunitário Santa Maria e à Casa das Crianças.

Teresa Cristina dos Santos é assistente social do Lar Comunitário Santa Maria. Trabalha nas Obras Sociais de Monsenhor Horta há aproximadamente 16 anos e atua como assistente social há 10. Ela me conta sobre o voluntariado da Casa da Sopa Tia Lica e como a instituição de caridade operou por anos na cidade, integrada às Obras Sociais de Monsenhor Horta.

Teresa: Vou contar especificamente sobre a Casa da Sopa, que foi o primeiro equipamento dentro do município de Mariana, pode-se dizer, de assistência social. Hoje, a gente fala assistência social, mas naquela época era a caridade pura mesmo, não tinha esses termos técnicos atuais, os serviços tipificados. Então era caridade. Reza a lenda que um médico um dia subiu o morro da Cartuxa, onde fica o Pico da Cartuxa, em Mariana, para fazer o atendimento de uma criança, e, ao chegar lá, essa criança tinha morrido de fome. Ele desceu muito triste com o sentimento de que mais nenhuma criança morreria de fome aqui em Mariana. Quando passou pela rua principal do

Centro, a Dom Viçoso, caminhou perto da casa de uma senhora chamada Dona Lica, que todo mundo, carinhosamente, chamava de Tia Lica. Ela atendeu ao chamado de monsenhor Vicente de que nenhuma criança morreria de fome mais, também compadecido pela criança, e assim nasceu a Casa da Sopa Tia Lica. O primeiro local não foi onde a obra funcionava quando encerrou as atividades, era na rua Dom Viçoso. Lá era servida sopa para mães e crianças, tanto é que as obras sociais têm o nome Obras Sociais de Auxílio à Infância e Maternidade Monsenhor Horta.

Evelin: Quando é que mudou de casa para a praça Minas Gerais?

Teresa: Nossa, se eu não me engano a Casa da Sopa ficou ali muitas décadas. Acho que foi na década de 60/70, ficou muitos anos ali. Quando começou, na Dom Silvério, era próximo da casa da tia Lica mesmo, porque a sopa era feita lá e passou a ser feita lá em cima. Aquela casa [na praça] pertence à Arquidiocese.

Evelin: E a tia Lica continuou fazendo essas refeições?

Teresa: Continuou por muitos anos, as refeições eram feitas por voluntários. A tia Lica faleceu há muitos anos, você deve ter pegado Lurdinha provavelmente, Nilce, Vicente. Mas essas já vieram no formato com vínculo, a Nilce não, a Nilce era voluntária, mas a Lurdinha e o Vicente tinham vínculo empregatício. A gente não conseguia mais voluntários, o volume era, há alguns anos, muito grande. Desde a época em que

tia Lica faleceu e pouco depois da morte de monsenhor Vicente também, em 2004 se não me engano. Depois em 2009 veio cônego Paulo, eram os irmãos responsáveis por muitas obras de caridade aqui em Mariana. Por eles falecerem, essas voluntárias foram também se distanciando.

Criada em 1965, o objetivo inicial da Casa da Sopa era atender mães, lactantes e crianças para que não houvesse mais casos de crianças morrendo de fome. Mas a partir da década de 90 esse público começa a mudar, me conta Teresa. Além da mineração, que chega a Mariana através da Samarco em 1973, Teresa destaca outras mudanças, relacionadas à assistência social. Em 1993 a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, é sancionada definindo as diretrizes da assistência social e com ela o impacto nos atendimentos e tipos de público que frequentava a Casa da Sopa.

Teresa: Tem a política, e houve uma mudança do público, a criação dos programas de atendimento às mães e às crianças, o programa Bolsa Família, foram criando outras formas de abrigar, criam-se os CRAS, que são Centros de Referência da Assistência. As mulheres e crianças migraram para os CRAS. Aí vêm as distribuições das cestas de forma organizada, alimentação, o cuidado com a mãe e a criança. E o público a ser atendido na Casa da Sopa passa a ser majoritariamente masculino. Chegaram aos anos 2000, os avanços da política de assistência, da proteção, e não se vê mais crianças na rua, um número muito menor. Vê-se hoje uma população em situação de rua maior, majoritariamente masculina também.

Mudanças após o rompimento

A partir da primeira década dos anos 2000, o público masculino começa a se consolidar, e principalmente vindo de fora para trabalhar. O que havia sido criado com um objetivo maior de não deixar as crianças e mulheres passarem fome toma um rumo inverso. A partir de 2015, após o rompimento da Barragem de Fundão, o público aumenta e o trabalho da caridade começa a perder o sentido para o voluntariado da Casa. Teresa explica esse movimento de mudança.

Teresa: Vamos supor assim: nós fazíamos atendimentos de 30 pessoas por dia, chegou a 60, quase 70 pessoas. Nós temos os registros, porque eu fiz um cadastro dessas pessoas. Na época do rompimento da barragem meu atendimento era aqui no lar e na Casa da Criança, que era creche. Não tinha essa lógica do atendimento do público que utilizava o serviço da Casa da Sopa, mas de repente a gente precisou fazer [o cadastro] por conta desse aumento, até para entender quem era esse público, de onde eles estavam vindo.

Evelin: Então era um sistema integrado? Você trabalhava pelas Obras Sociais e atuava aqui no Lar Santa Maria e na Casa das Crianças. Aí você passou a se envolver com a com a Casa da Sopa...

Teresa: Por conta do aumento da demanda. Teve um aumento muito grande na demanda e houve um questionamento porque as filas eram muito grandes, às vezes até mesmo para a gente formalizar as parcerias com a prefeitura, porque a prefeitura sempre foi

o parceiro pra manutenção daquele serviço, o recurso que a gente utilizava era todo vindo dessa parceria. Até para a gente justificar a solicitação de aumento de repasse ou coisa que fosse nesse sentido.

Isso sem falar que, como todo serviço/equipamento que atende a comunidade, gera algum tipo de conflito. Você tem os progressistas. E você tem os conservadores. Tinha uma ala muito conservadora dentro do município, que tá “dando comida para vagabundo, tá alimentando vagabundo, olha que feio, enfeitando a cidade”. Sempre tem esse discurso preconceituoso, racista, de segregar as pessoas. “Ah, quer fazer, mas faz escondido, não faz no centro para todo mundo ver”. A questão não era lugar. Era o volume de demanda que tava aumentando cada vez mais sem a gente ter condições de atender. Em 2018, três anos depois do rompimento, estava muito forte o início da construção do Novo Bento e Paracatu, veio muita gente de fora, para os canteiros de obra, essas coisas. Esse foi um dos fatores que pesou para a tomada de decisão de encerramento da atividade da Casa da Sopa.

Evelin: Essa percepção que você, não sei se as pessoas da Casa também tinham, era com base no que vocês vivenciaram ou vocês tinham algum tipo de controle, antes de 2018?

Teresa: Não, a gente só tinha uma percepção de senso mesmo, de volume em atendimento, nada estatístico de números, de fazer levantamento, nada empírico. Foi mesmo na percepção do movimento do dia a dia, do cotidiano. Até 2016, 2017 se servia em média no máximo 40 refeições, quando tinham muitas refei-

ções eram 40, e elas passaram para 60. A gente passou a ter que distribuir senha, coisa que a gente não fazia, porque às vezes as pessoas chegavam e já não tinha mais, até para fazer o cálculo de quanta alimentação seria feita no dia.

Evelin: Então quando começou a aumentar vocês distribuíam as senhas e acabou?

Teresa: Acabou, aí não tinha como, era um número X que tinha. No começo uma cozinheira só já era o suficiente, porque era tudo distribuído em marmitex. Não gerava nenhuma outra atividade, além de utensílios de cozinha, panelas, essas coisas. Depois de 2015 a gente precisou de um ajudante com a cozinheira, porque já não dava mais. Além da comida, ainda fazia a distribuição. Aí a gente contratou um ajudante masculino. Ele criava um certo distanciamento, porque vira e mexe dava algum embeleco entre eles e tinha que chamar a Guarda [Municipal]. Ficavam igual sargento lá dentro, eles não podiam nem conversar. Era o trabalho deles, mas aquilo era tão ruim. Eu ia poucas vezes, mas quando ia e via essas cenas, aquilo ali para mim já não estava funcionando.

Evelin: Eles pegavam as marmitas e tinham um lugar pra comer lá?

Teresa: Tinha um refeitório.

Lar Santa Maria

Pausamos nossa conversa para Teresa dar atenção a

um acolhido do lar que a chamava. Então ela me conta que ele veio de situação de rua com mais duas pessoas.

Evelin: Como funciona o processo de acolhimento para esse tipo de público?

Teresa: É pelo CREAS. Só que é muito difícil a adaptação, um até que não foi tanto porque ele ainda tinha referência de família. O último que nós recebemos estava realmente em situação de rua, dormindo em ponto de ônibus. Ele, a gente achou que fosse ter um pouco mais de dificuldade de adaptação, mas acho que a condição de saúde já deixou ele tão debilitado que acabou se adaptando com muita facilidade e tranquilidade, mas é um paciente psiquiátrico. E a gente tem um cuidado maior, porque o paciente psiquiátrico exige mais, coisa que a gente não tem aqui, tem que contar com a rede. Eu falo que a reforma psiquiátrica é bacana, concordo plenamente em acabar com os manicômios... Paciente psiquiátrico tem que ficar com a família, ser cuidado e ajudado com a comunidade, só que a própria política é falha, no sentido de que você não prepara a família também para lidar com o paciente psiquiátrico.

Evelin: Muitas vezes abandona.

Teresa: Abandona, e aí você tem um outro complicador que é o idoso paciente psiquiátrico.

Evelin: Ou seja, aí já são duas fragilidades, né? O cuidado com a pessoa idosa e a situação psiquiátrica dele.

Teresa: Sim, e a ILPI [Instituição de Longa Permanência para Idosos] não é hospital psiquiátrico. Existe uma tendência que elas acabem se tornando hospitais psiquiátricos, porque a família não entende. A gente fica meio travado porque é como se a família já quisesse que a instituição... É a mesma coisa de você tirar a pessoa do hospital psiquiátrico e querer colocar segregada dentro da ILPI.

Hoje a gente tem essa dificuldade. Estamos com três pessoas que vieram dessa condição de “andarilho”. Um deles tinha um barraquinho lá na beirada de Furquim, muito insalubre, mas é andarilho também. Seu Silvio e o Matheus*, que tá mais tranquilo. A gente ficou mais receoso em relação a ele, mas é um paciente que, graças a Deus, faz acompanhamento dentro da rede.*

Evelin: Tem muito tempo que eles estão aqui?

Teresa: Não, do ano passado para cá, há pouco tempo. A instituição tá tendo que se adaptar também a essa nova demanda, esse novo público. A gente recebe direto: “Ah, tem fulano na rua, tem uma idosa que tá lá em frente à prefeitura”. Não é assim. Ela só vem se quiser. Uma pessoa que tá a vida inteira em situação de rua, ou mesmo que não esteja a vida inteira, mas que já está há muitos anos em situação de rua, essa adaptação ao espaço que é uma instituição é difícil, tem suas regras. Mas temos que saber dosar, ter brechas e burlar um pouco o sistema. =

Igual o Matheus. Toda vez que eu saio com ele, tem que deixar à vontade, porque ele gosta de ir à padaria, comer um lanche gostoso. Deixar fazer o que ele*

quiser na rua, dar essa liberdade e autonomia. Se for parar para pensar, o que justifica uma pessoa querer ficar num lugar onde ela não tem autonomia para fazer nada?

E, assim como aconteceu com a Casa da Sopa ao longo dos anos, a dinâmica do Lar Comunitário Santa Maria, atualmente a única instituição em funcionamento das Obras Sociais, também mudou com o tipo de público acolhido.

Teresa: [O Lar] É um equipamento hoje dentro do município, por mais que a gente seja filantropia, uma instituição de direito privado, hoje a gente é o prestador da política de acolhimento institucional de idosos. A resposta que o município tem é que a gente dá. E hoje o lar trabalha basicamente interligado com toda a rede, 100%, porque toda a nossa demanda vem do CRAS, do CREAS e Judiciário. Não conseguimos mais fazer acolhimento de demanda espontânea.

É dessa forma desde que assumi como assistente social, o trabalho sempre foi interligado, enquanto resposta pública. Foi assim com a Casa da Sopa também. Antes a gente recebia [doações] semanalmente, hoje a gente tem que fazer campanhas, o pessoal vinha e doava. Até isso se modificou, esse perfil de doador. Hoje a gente recebe doações, mas na Casa da Sopa a gente não recebia doação, era o que vinha de recurso da Prefeitura, e com o aumento desse público o custo aumentava, o consumo aumentava, tudo aumentou.

Evelin: E a estrutura atual das Obras Sociais de Monseñor Horta é mais voltada para cá [Lar Santa Maria]?

Teresa: Única e exclusivamente o lar.

Evelin: Como funciona, a direção é por conta da Arquidiocese?

Teresa: É independente já, em 2005 houve essa separação. Foi quando monsenhor Vicente faleceu, acho. Criou-se o CNPJ separado porque antes pertencia à Arquidiocese de Mariana. Houve essa separação e criou-se o CNPJ exclusivo do lar.

Uma decisão histórica

Após 53 anos em atividade, no dia 9 de maio de 2018, o trabalho voluntário da Casa da Sopa, que já não era mais 100% voluntário, foi encerrado pelas Obras Sociais Monsenhor Horta, através do Conselho Fiscal, associados e diretoria. Quando foi anunciado o encerramento, a Câmara Municipal realizou um chamado para entender o motivo, com a participação da Secretaria de Desenvolvimento Social. Mas, por trás da decisão, Teresa compartilha todos os rumos desse processo.

Teresa: Qual era o entendimento que a gente tinha? Fazia diferença para eles ali naquele momento, só que a gente não conseguia evoluir, era só distribuição de comida, ponto. Foi uma decisão muito difícil historicamente falando. Muitos anos de uma atividade que era referência. Foi noticiado no jornal e tudo. Porque a resposta para a demanda ia ficar cada vez mais difícil, a gente tava percebendo. Então era mais lógico, de uma lógica de política, que o próprio município mantivesse essas pessoas mais próximas do

atendimento e acompanhamento, do que o próprio município terceirizar isso para uma entidade fazer.

Evelin: Qual era a relação do município com a Casa?

Teresa: O município custeava, sendo que ele mesmo poderia fazer isso.

Evelin: E vocês já sentiam a necessidade de entender que tinha uma política e que isso era função do município?

Teresa: A gente que veio formado da UFOP [Universidade Federal de Ouro Preto] tem um olhar mais progressista das coisas, menos conservador, mais pela lógica do direito, do acesso, de quem é a responsabilidade.

Eu comecei a martelar muito nesse sentido: até onde é responsabilidade da sociedade civil se organizar de forma a dar uma resposta, sendo que o próprio município pode fazer isso, dentro dos seus equipamentos, com o acompanhamento que deve ser feito para cada um desses sujeitos individualmente? Qual equipamento ele vai utilizar para poder ter acesso ao abrigo, e o município manter aquela equipe de profissionais técnicos ali para dar andamento e acompanhamento? Só servir comida não é o suficiente, né? Comida e mais o quê? O que a gente faz além disso? Até onde a gente tá conseguindo uma resposta social para uma demanda que é cotidiana, já não cabia mais [manter um serviço que era obrigação do município].

Evelin: Como foi o sentimento de encerramento para vocês?

Teresa: Eu acredito que é um sentimento de: até aqui a gente fez o melhor, da melhor maneira possível. Entregou o que a gente podia entregar de melhor, sempre com muito cuidado e atenção, muito respeito com as pessoas, e um sentimento de preocupação. Tirando a parte técnica, o olhar técnico da coisa, vem o olhar humano: vai fechar, onde que eles vão se alimentar agora? E o pessoal que chega dos distritos? E quem vem se consultar, como vai ser? Aí vem outras ideias, de fazer um restaurante popular aqui em Mariana. É claro que isso nunca vai funcionar numa cidade pequena onde as pessoas vivem do turismo. Colocar um restaurante popular, que turista vai almoçar no restaurante pagando um outro valor se você tem um restaurante popular? É claro que os comerciantes da área de alimentação dificilmente aprovariam isso. Dificilmente a gente conseguiria fazer com que uma política dessa ganhe força para ser aprovada, mas até isso chegou a ser falado.

Se você pegar o Centro, os restaurantes que ficam à disposição dos turistas são poucos. Essa é uma realidade de cidade grande, de mais de 100 mil habitantes. É uma ideia bacana, mas ainda continua limitando o acesso das pessoas em situação de rua. O restaurante popular vai atender a pessoa em situação de rua? E os fins de semana?

Ainda tinha um outro agravante, que a Casa da Sopa era de segunda a sexta-feira. Tem um peso que eu falo que é o peso histórico, é o peso sentimental de você encerrar uma atividade de mais de décadas, desde 1959. Mas é um peso que temos que levar em consideração. Não se apaga tudo feito, de 1960 até 2018, você não apaga.

Foi muito bacana e isso vai ficar pra história da cidade, de todas as pessoas que passaram, que contribuíram, todos os voluntários, da tia Lica. Fica marcado na história das pessoas, mas a gente também precisa evoluir e não podemos ficar presos só na história. A gente precisa evoluir enquanto política pública, com a ideia de sujeito de direitos e não só apenas de favor e de caridade. O encerramento da atividade gerou um sentimento de dever cumprido, mas também de preocupação.

Evelin: E essa preocupação, como foi? Vocês comunicaram antes? Tiveram procura depois?

Teresa: Essa discussão a respeito da Casa da Sopa tá registrada nas atas do Conselho [Fiscal] no período. Tem registro informando, dando encerramento da atividade. Teve um desgaste com a Secretaria de Assistência, porque eles falaram que não foram informados, foram pegos de surpresa, quando na verdade tem tudo registrado. Eu falei que a gente já vinha dando sinais, assim como aconteceu com a creche, a Casa da Criança, no encerramento das atividades.

Política de Caridade

O Centro Pop Mariana surgiu um ano após o fechamento da Casa da Sopa, e, para Teresa, foi uma resposta necessária que deveria vir do município, e não mais de instituições filantrópicas para atender a uma questão de assistência social.

Teresa: No Centro Pop, quando surgiu depois, a ali-

mentação começou a ser distribuída lá, já veio com café da manhã, uma estrutura diferenciada de atendimento e acompanhamento dessas pessoas, que é o ideal. Ver o que é possível fazer no sentido de emancipação. É isso que a gente precisa entender: o que a gente consegue fazer na lógica de emancipação dessas pessoas, em relação a trabalho, geração de emprego e renda, o que o próprio município faz em relação a essas pessoas, quais são os acordos que têm sido feitos com as mineradoras que atraem tantas pessoas para cá? Quais condições de trabalho, de moradia e estadia que essas pessoas recebem para que elas não entrem num quadro de mendicância? Ver esse movimento, porque afeta todos os serviços, principalmente os da assistência. Saúde e assistência são os mais sobrecarregados por essa demanda.

Evelin: Você acha que foi perdendo a questão da caridade, do voluntariado?

Teresa: Foi perdendo, sim. A própria questão da assistência trouxe a mudança de comportamento da sociedade mesmo, e uma exigência maior também. Até o público passa a mudar o perfil da própria fala, do entendimento dele enquanto sujeito de direito, entendeu? Começa a se reconhecer através da política.

A política passou a ser tratada como política de atendimento, porque até então era só pelo olhar da caridade mesmo. E não podia mais. Você não deixa de humanizar o atendimento, mas você passa a humanizar o atendimento de forma técnica também, de forma a operacionalizar. É uma palavra que às vezes a gente utiliza pouco, mas deveria utilizar sempre que

falar de política pública. Política pública tem sempre que ter o sentido de emancipação, de ser uma coisa provisória. Eu não conseguia ver caráter de emancipação naquilo ali. E os assistidos da Casa da Sopa, a maioria em idade produtiva, 35, maiores de 18. Entre 18 e 60 anos.

Essa transição da ideia da caridade, no início da década de 90, para uma política de assistência, fez com que tivesse essa mudança de público e aos poucos a gente foi notando. Eu já cheguei com o movimento em 2013, completamente diferente do que era nos anos anteriores. Passamos a observar melhor quem são essas pessoas e qual é a resposta que a gente dá enquanto serviço de atendimento.

...

Ao final da nossa conversa, Teresa foi buscar os arquivos de cadastros da época da Casa da Sopa. Com eles em mãos, fiz uma análise geral dos dados coletados por ela em 2017 e 2018. Em um curto período, entre setembro e outubro de 2017, foram registrados 145 novos acessos na Casa da Sopa, sendo 105 homens e 40 mulheres; entre os homens, 65 não eram de Mariana. Já em 2018, pouco antes do encerramento das atividades, foram realizados nos meses de fevereiro e março 79 acessos, sendo 67 homens e 12 mulheres. Nota-se o número de mulheres bem menor se comparado a 2017, e de forma geral, o número de novos cadastros foi reduzido de um ano para o outro.

Para entender o público que frequentava o espaço, além da necessidade de quantificar os atendimentos, os cadastros mostraram as mudanças relatadas por Teresa, principalmente pelo fato de os atendidos serem majorita-

riamente homens, quase 80%, muitos de fora da cidade. A formulação do “Cadastro Socioeconômico Casa da Sopa Tia Lica” incluiu informações gerais sobre a pessoa, dados profissionais, dados sociais, informações complementares e o parecer do serviço social. Se a pessoa tinha emprego, qual sua renda, formação, residência, entre outros aspectos que contribuíram significativamente para construir referências.

RUAS DE TODOS

*"Quem vive na rua não é rei. E quem vive na rua não pode ser réu.
Ele não é dono de tudo e ele não pode ser criminalizado como réu."*

Anderson Lopes Miranda

Evelin: O que é a rua para você?

Débora: Acho que é muito difícil falar da rua sem estar na rua. Porque, querendo ou não, eu não estou na rua, não sou uma pessoa em situação de rua. Inclusive essa é uma boa pergunta para fazer aos usuários aqui. Vamos pensar, trabalhar com pessoas em situação de rua, o que é pra mim? Eu acho que é gratificante e aprende muito. Se você entra aqui com o pensamento preconceituoso – porque tem o pensamento de achar que as pessoas estão se vitimizando, de achar que elas poderiam estar em outras situações, mas estão ali porque querem, são palavras que eu já ouvi das pessoas – seu pensamento muda, sua visão muda sobre o mundo, sobre você. Não tem como não se afetar. Por mais que a gente não queira levar pra casa o que passa e acontece aqui, tem alguns casos que pegam muito, até de sonhar.

Evelin: E você mudou sua visão sobre a rua e sobre as pessoas da rua desde que você entrou no Centro Pop?

Débora: Claro. Não tem como. Se você não mudou então não serve para estar aqui. Se o seu pensamento continua o mesmo, seu lugar não é aqui. Trabalhar aqui não é pra qualquer pessoa. Entende? A gente esbarra com tudo que você imaginar, com tudo do outro que está sofrendo. Essas pessoas estão sofrendo, sofrem todos os dias. Eu acho que eu sirvo para estar aqui, porque tudo isso que te falei eu faço em prática. O outro pra mim é importante. Por isso que eu sempre vejo uma possibilidade no outro.

Entrevistei Débora Oliveira por mais de uma hora no dia 29 de julho de 2024, e finalizamos nossa conversa com esse diálogo sobre a rua. Depois de ouvir sua resposta entendi que não poderia começar este capítulo com outras palavras. Porque tudo que eu trouxe para essas páginas, mesmo os relatos de Wellington e Cleverson, são a partir de uma pessoa que não está nem nunca esteve em situação de rua.

...

Já contava Luiz Antonio Simas em *O corpo encantado das ruas* que as expansões urbanas no Rio de Janeiro para a Zona Norte, no final do século XIX e início do século XX, fariam os morros tomarem forma de gente e as ruas crescerem e se tornarem ruas, ainda que de forma precária, sem pavimentação, água encanada ou luz. Mais precisamente, ruas do berço do samba na cidade capital que fervia nas rodas e santos oriundos de “pequenas áfricas”¹⁴, que ali se formavam por “ex-escravizados e homens pobres”. Ruas que passaram a abrigar bairros e figuras emblemáticas para a história e religiões de matriz africana, e que mais tarde viriam dar luz à letra e melodia de um samba que será eternizado na voz e composição de Arlindo Cruz, na canção “Meu Lugar”.

Com um tom poético que arrepia o corpo ao escutar, a música retrata o mais belo e puro sentimento de pertencimento a um local, ou melhor, a um lugar. E se esse lugar, mais conhecido como Madureira, virou sinônimo de pertencimento, não somente de seu compositor, mas de todo o brasileiro contagiado por esse sentimento volta ao seu “Lugar” e compartilha desse gozo, muitos não conseguem desfrutar, em mesma medida, dos arrepios que formam

essa bela orquestra de sensações e memórias.

...

Evelin: Onde você costuma dormir?

Cleverson: Olha, nessa época, igual tá agora, muita chuva, muito frio, inclusive ontem, eu praticamente dormi no tempo, porque eu não tinha um cobertor. Eu tentei doações e não consegui.

Você já leu parte desse diálogo com Cleverson, que aconteceu no final de 2024. Já tinha chuva de verão se aproximando e o frio não era de inverno, mas ainda sim era frio para quem não tem proteção. Cleverson Lima Santos é uma pessoa em situação de rua em Mariana há muitos anos. Como disse, os arrepios e boas lembranças causadas pelo samba de Arlindo Cruz não alcançam a todos da mesma maneira. O lugar de Cleverson se perdeu entre as ruas da cidade histórica.

Na obra de Luiz Antonio Simas, a materialização da rua se transforma em um “corpo encantado” que assume várias formas, representa lugares, encontros e tradições, guarda e conta histórias. Assim, a rua se manifesta num todo para formar o que conhecemos da cultura brasileira, ou mais precisamente, da alma do carioca. Arrisco dizer que a rua já não cumpre esse papel nesta história e sim o processo contrário. Em toda a imensidão de significados que a rua pode assumir: do lugar de samba e reza, ou oferenda aos deuses – para Luiz Antonio Simas; do acontecimento noticiado àquele narrado pela vizinhança; um lugar de encontros e desencontros; a rua pode se tornar um espaço tanto aberto quanto vazio, perigoso ou cheio demais

para transitar, mas quase nunca um lugar de permanência, e eu disse quase.

Um dia é na rodoviária da entrada da cidade; em outro, é no chão do Terminal Turístico; na porta de alguma loja que tenha um pequeno toldo para escapar do relento; na porta da igreja; nos fundos da Câmara Municipal, ou no entorno da prefeitura; em ruas que muitas vezes não vejo, passam despercebidas, e sequer imagino que dá para se abrigar. Do frio e da crueldade humana. A rua pode significar tudo para quem depende dela e, ao mesmo tempo, significar ausência. Ausência de um Lugar. Mas uma coisa, infelizmente, é certa, há sempre um “Corpo Encantado” NAS ruas.

Wellington: Cê trabalha lá em cima, subindo as escadas todas ou lá embaixo [da Câmara]?

Evelin: Lá no prédio principal.

Wellington: Eu cheguei a dormir ali já. Ali atrás.

Evelin: Ali naquela parte do gramado? Tem um pessoal ficando lá...

Wellington: É, na barraca, né? Ali é bom, ninguém mexe com ninguém, não. Só não pode fazer bagunça.

Por isso, além de exaltar a bela obra de Luiz Antonio Simas e a composição de Arlindo Cruz, seguiremos no sentido contrário, sem histórias de como o samba nasceu em uma roda, ou como as religiões de matriz africana se manifestaram no Brasil desde o período colonial, ou como cada rua pode significar nomes de pessoas que estão nos

livros de história. Os relatos que nasceram de uma relação abusiva e traumática, de vício e de questões de saúde mental, de quem observa por ângulos, arestas e esquinas, faces que não percebemos no cotidiano, cada pedaço de uma rua, são de pessoas que não respiram no conforto de uma casa e muito menos possuem um Lugar. Pessoas que não estão nos livros de história. Pessoas como Wellington da Silva de Oliveira, Cleverson Lima Santos e Anderson Lopes Miranda, “corpos encantados” que carregam consigo aquilo que o samba mais bonito não consegue traduzir, e as palavras de Simas não alcançam, e ainda sim revelam, no chão grosso e batido, debaixo de marquises e lugares que nem podemos imaginar, pessoas encantadas.

Anderson Lopes Miranda é filho de mineira, com pai paranaense e avós baianos, me conta. Sua mãe se mudou para São Paulo cedo e aos 16 anos engravidou dele. A mãe sofria violência doméstica do pai e Anderson foi retirado dela pelas tias quando tinha três meses de vida.

Anderson: Me entregaram para juizado de menor sem avisar onde eu estava para minha mãe, com medo do meu pai. E aí o juizado me entregou para um orfanato que ficava a 80 km de São Paulo. Ali começou a minha vida, direto já me organizando, em busca da família e já me sentindo um menino órfão, abandonado. Minha história começa nesse sentido de não achar minha família. O orfanato tinha uma república na capital de São Paulo. E lá eu fui, com 12 anos, para essa república trabalhar e estudar. Mas eu não concordava com as regras da república. O diretor do orfanato me alugou uma pensão e me botou para fora. Fui assaltado e já fui para situação de rua. Mesmo estudando, eu estudava muito longe, na Zona Sul,

e tava dormindo no centro, na rua. Aos 12 anos, fui estuprado por um Policial Militar no centro de São Paulo. Minha história já começa com violação. E aí nas ruas eu já começo a trabalhar muito cedo, catando latinha. Aos 14, 15 anos, eu conheci umas freiras, fui trabalhar também num parque de diversão, trabalho escravo, porque a rua sofre muito com isso. O parque pagava 5 só por dia para nós. Não era muito. Era 25 por semana, 100 por mês. Na época não era real, mas para hoje o preço era esse.

A trajetória de Anderson na rua começa aos 12 anos e é carregada por situações de exploração, violação de direitos, preconceito e abuso. Foi para uma república aos 12 anos, uma casa para os jovens que iam para a capital trabalhar e estudar. Anderson me explica que na época não existia jovem aprendiz igual hoje, por isso eles começavam a trabalhar mais cedo e a república funcionava como uma outra unidade. A partir dos 16 anos, ele começa a se envolver política e socialmente através das freiras nos movimentos emergentes da rua, como a Organização de Auxílio Fraternal (OAF) e em cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Atualmente, está como coordenador-geral do Ciamp-Rua, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua, no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH). Anderson também é trecheiro, aquele que vive no trecho, me conta. Boa parte da sua caminhada é andando nas estradas.

Anderson: Em 2000, eu voltei para São Paulo, tentei ir até a Bahia. Lá eu fui atropelado em Itabuna, um caminhão me atropelou. Aí eu senti o que é ser mora-

dor de rua de verdade, o preconceito. Cheguei no hospital em Itabuna chamado Luiz Eduardo Magalhães. Os médicos falaram: "Outro mendigo, vocês só trazem mendigo, mendigo, mendigo para cá". Aquilo me machucou muito, porque eu tinha identidade. Mas para a sociedade eu era considerado indigente, como mendigo. E aí o médico falou: "Larga o mendigo ali", sem ver o que aconteceu, nem examinou. Eu quebrei a clavícula, mandou botar uma tala e me largou lá três dias numa numa maca, sem banho, sem nada, só com água e bolacha de sal. No terceiro dia eles me botaram para rua de novo, me jogaram em Itabuna na rua de novo.

Se fosse parte de uma crônica de Simas, ainda conseguiria haver beleza por trás desses cantos, e talvez seja necessário fazer esse movimento de ir e vir. Aí mora a importância e o peso de uma crônica, que pode parecer um simples retrato de uma vida comum, mas na verdade, revela as mazelas e miudezas do cotidiano, do ser humano, ao traduzi-la sob os olhos de quem não dorme à noite. Aqui esta crônica não existe e nem no livro de Simas.

No emanar da cultura carioca que nasceu nas ruas e morros, contada por Simas, Judith Butler nos apresenta o oposto dessa relação em sua obra *Quadros de Guerra*. E entre essas referências, defino uma outra forma de apresentar um "corpo encantado", oferecida por ela. A obra é composta por uma introdução e cinco ensaios sobre as guerras contemporâneas, articulados para atravessar a condição do luto, a apreensão de uma vida e como os enquadramentos podem agir dentro desse campo, no contexto da violência. Butler mobiliza os sentidos desses termos para falar sobre os cenários assumidos por meio dos enquadramentos, ou

“molduras pelas quais apreendemos, ou na verdade não conseguimos apreender a vida dos outros”,¹⁵ politicamente já saturados e determinantes para condicionar ou não o modo como apreendemos uma vida. No caminho ela traça pontos importantes para dar sentido ao “que é uma vida?”: a diferença entre apreender e reconhecer, a noção de precariedade, corpo e vulnerabilidade; todos em uma mesma rede de reflexões que levam às várias formas de violência praticadas para além dos quadros de guerra.

Pensar no corpo é, pois, pensar na existência desse corpo em toda a multiplicidade que faz o existir. Volto então ao ponto central da obra: “Quando uma vida é passível de luto?” e porque algumas vidas são reconhecidas e selecionadas como vidas enquanto outras não. Butler promove esse movimento um tanto provocativo e convidativo, e recorre à ontologia em esfera relacional, não essencialista, para apontar que a vida só é reconhecida como tal a partir das condições sociais, culturais e políticas que moldam o reconhecimento. Quando Anderson me relata os episódios da sua vida em trajetória de rua ele está afirmando, sobretudo, o que Butler posiciona em suas reflexões sobre quais vidas são selecionadas socialmente como dignas de reconhecimento e quais estão fora desse quadro.

Anderson: Eu fiquei já uma semana sem comer, mas água eu achava na estrada. Comida não. Eu tomava a água das bica. Mas comida você não acha. Uma vez eu comi, com muita fome, a castanha de caju crua. O que aconteceu? Meu lábio queimou todinho. Fiquei uma semana sem botar nada na boca. Eu não sabia que a castanha de caju tinha que assar, tinha que fazer isso, tinha que fazer aquilo para se tornar aquela coisa gostosa. E eu fui lá, achei uma castanha

na estrada e peguei, dei uma mordida. Eu não sabia. Eu tava com fome. Achava pão na rua, eu comia. Eu já comi miolo de porco, ou miolo de macaco. Porque fizeram e me deram e eu fui saber depois que eu comi na estrada. Eu já tomei sopa de pedra. Sopa de pedra, não é [coisa] contador de história, isso é real. Quando não tinha nada, a gente tinha uma panela, água aí, e a gente achou a pedra, lavou a pedra e fez sopa. Matou a fome, dormimos e acordamos no outro dia e fomos seguir a estrada. Eu não queria que essas pessoas nossas passassem por isso, entendeu? Eu queria que tivesse um restaurante popular, que as pessoas tivessem três refeições ao dia, que pudessem trabalhar, catar o material delas, vivenciar. Um dia mesmo, eu num posto de gasolina, já tinha andado 100 km e parei no posto, falei: “Moço, eu tô com fome, o senhor tem um prato de comida para me dar?” O cara chegou, falou: “Não, espera aí”, foi lá e preparou uma cumbuca de jiló e arroz e me deu. Estragado, o arroz tava azedo. Eu comi porque eu tava com fome. E quem não tá com fome? A gente é tratado dessa maneira.

Passsei um tempo a perceber a vida que acontece fora, e como ela acontece para alguns, e para outros não da mesma forma. As pessoas em situação de rua estão diariamente em uma guerra de reconhecimento, e na luta contra molduras postas socialmente. Uma guerra de enquadramentos consigo mesmas, com outras pessoas e, principalmente, com a rua. Somos convidados e forçados a refletir sobre os modos como a vulnerabilidade, a precariedade e a violência atingem a existência desses corpos (des)encantados.

Wellington: Tem muita gente boa nesse mundo, tá?

Evelin: Você acha?

Wellington: Nô, demais. Mas tem muita gente ruim aí, tá.

Evelin: Você acha que existe um equilíbrio?

Wellington: Ah, tem mais pessoa boa do que ruim. Mas tem algumas ruim que eu vou te contar, viu? Chama até polícia pra gente.

...

Cleverson: O que eu vejo na rua é a maior catástrofe, né? A vida na rua é dura, não é fácil. É arriscado morrer, é arriscado ser matado de formas muitocruéis, porque hoje em dia o mundo está cheio de crueldade, não tem defesa. Muitos amigos morreram com entorpecentes, cachaça, droga.

O último registro das violações às pessoas em situação de rua no Brasil foi publicado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) no primeiro quadrimestre de 2024¹⁶, entre janeiro e abril, a partir do balanço feito pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. O número ultrapassou 6 mil, 24% a mais comparado ao ano anterior, 2023. Considera-se, no entanto, apenas os casos que foram denunciados oficialmente no canal. Ainda assim, há margem para pensar nas violações cometidas fora da régua do governo.

Laudierley Satyro dos Santos, 46 anos, pessoa em si-

tuação de rua no Rio de Janeiro, teve 60% do seu corpo queimado em um ataque premeditado enquanto dormia, na noite do dia 18 de fevereiro de 2025. O crime foi cometido por um adolescente de 17 anos, que ateou fogo usando um coquetel molotov (arma incendiária que contém líquido inflamável em uma garrafa de vidro), e pelo militar Miguel Felipe dos Santos Guimarães da Silva, de 20 anos, que transmitia a cena ao vivo pelo Discord, um aplicativo de mensagens. A motivação do crime, de acordo com as investigações, foi um desafio feito ao adolescente, que receberia R\$2 mil reais para fazer o ataque. O adolescente foi detido e responderá pelo crime, o militar foi preso e também vai responder por tentativa de homicídio triplamente qualificado. Ainda não consigo achar as palavras para descrever aqui tamanha crueldade e uso de violência extrema contra a vida. De fato, não há como nos preenchermos com as belas palavras de Simas enquanto a realidade das ruas é o reflexo de uma violência gerada a partir do não reconhecimento de uma vida enquanto vida. Quem é digno de ser reconhecido, afinal?

Cleverson, em nossa conversa, demonstra indignação, assim como Wellington. A indignação de que “tinha que entrar em conversa sobre esse assunto, para ter pelo menos um café da manhã, porque as pessoas que moram na rua sofrem muito. Sofrem pior do que um cachorro, sabe?”, me disse. Ou que “eles deviam ajudar as pessoas que estão precisando mesmo. Arrumar um lugarzinho”, me disse Wellington.

Essa indignação compartilhada entre eles é a indiferença de muitos. Pode até não ser minha preocupação o fato de ter ou não um teto, ter o que comer ou como me sustentar, porque eu não preciso, de fato, me preocupar com isso. Se torna indiferente para mim, assim como para

a maioria que desfruta de um lugar. Por isso, mas não só, nasce a indiferença, que também é alimentada por convenções e pelos enquadramentos moldados.

Paolla: Às vezes a pessoa passou por uma série de violências e não teve alternativa. Para você ter uma ideia, teve uma pessoa que não está mais no Centro Pop, continua na rua, mas não em Mariana, e viveu a vida toda sendo escravizada, desde criança.

Evelin: É uma coisa que a gente nem imagina...

Paolla: Não! Há quantos anos acabou a escravidão, sabe?! A gente ainda se pega escutando histórias de escravidão.

...

Os dizeres sobre a rua são muitos quando se anda prestando atenção ao redor, principalmente no centro da cidade. Considerados casos perdidos, sem família, ou ainda aqueles que têm família, mas preferem ficar na rua, viciados em droga, vagabundos, andam mijados, com mau cheiro, ficam caídos pelos passeios e estão infestando a cidade. São algumas das frases que já escutei nas minhas andanças ali no centro. Assim como Simas, inspirado na obra de João do Rio, que será eternizada como uma verdadeira “Alma Encantadora das Ruas”, ouço das pessoas algo diferente do que as ruas podem mostrar, consigo ouvir os enquadramentos de que Judith tanto fala.

Na maioria das vezes encontro com as mesmas pessoas em situação de rua. Mariana nem de longe é uma capital como Belo Horizonte, com um número expressivo de pes-

soas nessa situação. Por isso, foi mais fácil meu processo de identificação, percepção e, arrisco afirmar, de apreensão daquelas pessoas que sempre estão por ali, possuem quase os mesmos hábitos e fazem da rua seu show particular, em alguns casos. Nunca consegui me aproximar de todos, por isso, apenas observo esse movimento de longe. Nesse tempo identifiquei, pelo menos, a maioria que frequenta o mesmo espaço da rua. Um meia dúzia se junta na praça no centro da cidade, separando a rua movimentada de carros, o comércio, o Terminal Turístico e, claro, os turistas. Os nomes, não sei quase nenhum.

Um eu descobri que gosta de cantarolar para a amada que perdeu, e até hoje tenta recuperá-la com suas serenatas pelas ruas. Canta para quase todos que por ele passam, até para mim algumas vezes, mal se aguentando em pé e normalmente com uma cachaça na mão. É comum encontrá-lo de terno, já sujo e meio acabado pelo tempo, e os sapatos sociais vez ou outra aparecem no pé. Sempre que o vejo me vem a imagem de Joe Gould, retratado pelo escritor norte-americano Joseph Mitchell, que conta a vida do boêmio que escrevia a “História Oral do nosso tempo”. Era década de 40 e ele já falava sobre a rua, mas não da mesma forma que nossas almas e corpos encantados o fizeram aqui no Brasil.

Nem todos possuem o mesmo cantarolar e interação com a sua plateia. Há um, por exemplo, que sempre anda com um pedaço de madeira para fazer de muleta, com os pés quase sempre enfaixados, e um cachorro que o acompanha. Às vezes fica sentado nas beiradas de lojas ou da padaria Lafayette para pedir uns trocados. Ele já não usa terno e nem sapatos sociais, fica de chinelo, as roupas muito sujas e acabadas. Às vezes o pego sentado com as pernas cruzadas ou recostado como se estivesse em uma cadeira

de praia admirando o mar no horizonte. Não é de conversar, nem cantarolar, prefere o silêncio e quando conversa é para pedir os trocados.

Há aquele que costuma sempre andar apressado e, na maioria das vezes, xingando palavras indecifráveis. Usa também um terno surrado, e de vez em quando está com óculos de grau e os olhos normalmente mais arregalados. Gosta de conversar – às vezes sozinho, às vezes com outras pessoas – mas sempre xingando.

Uma senhora que, com certeza quem teve ou ainda tem a experiência de viver em Mariana, já encontrei andando com a perna mancando e uma bengala de apoio. Usa moletons, roupas largas e um sapatinho fechado de pano escuro. O cheiro forte de urina exala por onde ela passa. Seu cabelo é curto, meio enrolado e grisalho e ela está sempre andando, na maioria das vezes, no entorno da Prefeitura de Mariana. Costuma traçar um diálogo consigo mesma e vez ou outra com outras pessoas, mas normalmente não acaba em um tom cortês.

Tem um que é peça rara, possui pouco mais de 1,50 m de altura, anda com uma caixinha de música, usa alguns acessórios e cordões coloridos – arrisco dizer que são de santos, como se fossem guias de proteção, ou apenas como enfeite – também sempre com pressa e na maioria das vezes não falando coisa com coisa sozinho.

...

As histórias de Wellington, Cleverson, Anderson e Laudierley, bem como os recortes dessas vidas (des)encantadas nas ruas, evidenciam o que Judith Butler discute como precariedade e vulnerabilidade, inerente a todos os corpos, mas agravadas por contextos e “quadros” sociais

e políticos. Esse movimento de ruptura na existência dessas vidas normalmente causa incômodo alheio, mas assim como Simas nos lembra do poder encantado das ruas e Arlindo Cruz canta sobre as histórias do Lugar de um povo, esses corpos (des)encantados nos mostram quem é visível, quem é ouvido e quem é descartado.

Em sua maioria, essas pessoas passam despercebidas pelas ruas, às vezes causam barulhos e quase sempre o incômodo alheio, como se fossem uma perturbação da ordem. As pessoas passam e desviam, do mau cheiro, de estarem estirados no chão, apagados ou pedindo moedas para comprar comida ou cachaça. São convenções sociais já estabelecidas e enraizadas, de que aquelas pessoas estão ali pela droga ou pelo vício no álcool, por isso são ignoradas e caem neste pensamento comum. A sociedade está programada e enquadrada para invisibilizar essas existências.

E uma parte desse tal incômodo, eu confesso, também senti quando me encontrei com Cleverson para ouvir sua história. A conversa tomou rumos diferentes do que eu esperava, o que de certa forma foi bom, no final das contas. Percebi, depois de um tempo repassando toda a cena na minha cabeça, o incômodo visível de outras pessoas de fora da situação e do meu próprio, ao ver as reações alheias. Pensei muito se deveria expor parte da minha experiência dessa forma ao envolver o contato com outras pessoas. Mas a vejo como parte essencial para mostrar como pode ser imprevisível e (des)encantadora a rua.

...

Era 2 de novembro de 2024, Dia de Finados. Antes das nove da manhã eu já estava sentada no banco do Jar-

dim, Praça Gomes Freire, à espera do Cleverson. Em menos de duas horas de conversa, Cleverson e eu fomos parar em três lugares diferentes: do Jardim até a Padaria Lafayette; e da Lafayette para a Praça ao lado do Terminal Turístico; e no final desse encontro, posso dizer que havia uma mulher, a Vanessa*, o Cleverson, um homem agressivo e uma plateia. Saímos do primeiro ponto porque ele estava dormindo sentado no banco da praça; propus comprar um café para acordá-lo; sentamos ao lado da padaria, em umas escadas que dão acesso a lojas comerciais com dois cafés e uma coxinha; a partir daquele ponto ele despertou e insistiu em me apresentar sua irmã de consideração. Estava inquieto e ansioso para que eu terminasse a construção do livro, ele me dizia. Queria contribuir ainda mais me apresentando a Vanessa*; aceitei então a missão de trocar a rota mais uma vez. Fiquei receosa quando saímos da Lafayette em direção à praça. O lugar onde eu ainda não tinha tido a coragem de ir, pois não sabia o que poderia encontrar. O lugar onde normalmente as pessoas ignoram ou evitam passar, e eu era uma delas. Exatamente o lugar onde eu iria parar em poucos minutos de conversa. Um lugar a que foi necessário ir. Atravessamos a rua e foi como uma conversa de bar. Uma conversa que virou uma briga de bar.

Cleverson me apresentou para os que estavam ali até chegar a Vanessa*. Ela não estava bem. Usava óculos escuros para esconder os machucados do rosto que havia ganhado indo de cara no chão na noite anterior, me disse. Cleverson a levou para a policlínica central da cidade e pegou uns remédios na farmácia pública para os machucados. Passaram o resto da noite no chão do Terminal Turístico. No dia seguinte, ela estava de volta à praça do Terminal. Tentei não forçar a barra porque vi sua situação, enquanto Cleverson pedia que ela me contasse sua história para co-

locar no livro que eu estava escrevendo da faculdade.

Uma senhora chegou e puxou conversa com Vanessa*. Era uma conhecida. Cleverson aproveitou a deixa e foi beber água no Terminal, me disse que já voltava. Ficamos então eu, Vanessa* e a senhora, que dava um sermão e me pedia para ajudar Vanessa* sair da situação de rua. O cenário mudou quando Vanessa* perdeu a paciência com a mulher que insistia para ela “largar aquela vida” e que eu a ajudasse.

Cleverson retornou e as vozes se misturaram, eu na tentativa de mudar de assunto para Vanessa se acalmar, a senhora insistindo, Cleverson tentando se comunicar comigo e eu sem entender mais nada, quando entrou outro homem na conversa, que estava agressivo, alterado e sem camisa. Falou que ia cuidar da Vanessa*. Ela demonstrou felicidade com sua chegada. Ele, contudo, não estava muito no clima amigável ou de conversa alguma. Começou a caçar confusão, as vozes se misturaram e me dei conta de que estava ali no meio daquilo tudo sem entender mais nada do que acontecia.

Apenas percebi que aquele não era o lugar mais seguro para estar quando em volta da praça as pessoas pararam para ver o que estava acontecendo. Eu já não conseguia ouvir mais quem estava falando. Foi como se o mundo tivesse ficado mudo e eu apenas observando a cena sem conseguir falar. Como um sopro de volta à vida, uma menina passou do meu lado, olhou nos meus olhos com semblante de preocupação e perguntou se eu precisava de ajuda. Aí sim eu vi que aquela situação poderia ficar bem pior e era hora de me retirar. Agradei, falei que estava tudo bem, e ela seguiu caminho. Encerrei o assunto com Cleverson e escorreguei ainda entre as falas misturadas dele, da senhora, da Vanessa* e do outro homem. Fui me afastando e quando vi já es-

tava quase chorando sem entender o que havia acontecido. Minha cabeça rodava e eu tinha que sair dali o mais rápido possível, para não gerar nenhuma intervenção pior. A Guarda Civil Municipal apenas ficou parada do outro lado do Terminal. Saí andando enquanto Cleverson me seguia para que a gente continuasse uma outra hora. Os curiosos que assistiam das janelas ou de fora dos comércios e os carros passando devagar para ver a cena se dispersaram.

Cheguei em casa e minha primeira reação foi tomar um banho. Eu poderia imediatamente ter chegado e sentado na cadeira para começar esse relato. Mas tomei um banho. Pensei em como poderia colocar essa outra parte da história aqui. De fato, não estava preparada para aquela situação, e acredito que ninguém está até se ver de fora depois de ter estado dentro. Entendi que a rua é isso. É a inconstância. A dor. Uma conversa/briga em um bar a céu aberto. É onde não existe limites. É onde normalmente as pessoas não te enxergam, a não ser que haja uma peça diferente no meio daquele quebra-cabeça. É a falta. É onde tudo pode acontecer. É também parte do que Butler mostra no processo de enquadramento.

...

Evelin: O que é a rua para você?

Paolla: Eu espero que seja algo temporário para todo mundo que esteja nela. O que eles trazem pra gente aqui é que a rua é acolhedora, mas é difícil. Ao mesmo tempo que a rua te acolhe, ela também te surra. Tem pessoas que conseguem se adaptar super bem, mas igual eles falam: não queira estar. Tem dias que são muito bons, mas tem dias que a loucura te con-

some. A loucura da rua, loucura das outras pessoas. Você não ter segurança, não ter apoio. Às vezes você dorme com um olho aberto outro fechado, não sabe se vai ser morto, atacado.

“Ao mesmo tempo, a rua concebida como lugar de encontro anda perdendo de lavada para a rua como lugar de passagem”, e eu até concordo com essa colocação de Luiz Simas em uma de suas crônicas. Cada vez mais, entendemos a rua como um espaço de passagem, temporário, perigoso em certos horários, e não de encontros, como anseia Simas, e muito menos de permanência de vidas. Mas, é certo que sempre encontramos alguém nas ruas. Por isso, a necessidade de reforçar a fala de Paolla em esperar que a rua seja “algo temporário para todo mundo que esteja nela”. A rua é, afinal, um lugar de contradições que se estendem desde um espaço de encontros e trocas, mas é marcada por desigualdades e vulnerabilidades.

Débora: Você vê que na rua tem artista, tem médico, advogado, empresário... Que bom que eu tive a oportunidade de conhecer essas pessoas...

...

“O poder transformador da rua está na alteridade da fala”, escreveu Luiz Simas na crônica “Pássaros Urbanos”. Ele falava sobre a junção de diversos santos e manifestações religiosas que as ruas podem abrigar, os “terreiros de encontros improváveis”, desde São Sebastião a Iemanjá. Nessa terra de encontros improváveis de Mariana, desperçamos vozes ao contar suas histórias, mas, ainda sim, é um espaço onde a alteridade da fala esbarra na realidade de

uma exclusão e invisibilidade.

Evelin: Para a gente fechar, Anderson. O que é a rua para você?

Anderson: A rua é uma viela, é um espaço que não tem dono. É de todo mundo. E eu gosto de uma frase que eu aprendi que quem vive na rua não é rei. E quem vive na rua não pode ser réu. Ele não é rei, não é dono de tudo e não pode ser criminalizado como réu. Quem vive na rua, vive porque é o único espaço. A rua é tua, a rua é minha, a rua é nossa e eu tenho que te respeitar. A rua, eu não posso dormir de uma maneira que te atrapalhe de passar pela calçada. A rua é isso. Pra mim, a rua é de todos, todas, de todes, cada um utiliza ela da maneira como se entender bem. Claro que tem gente que aumenta a calçada, tem gente que diminui a calçada para você não dormir, tem gente que cuida dela muito bem, que coloca uma aguinha lá na rua para você tomar, que deixa a torneirinha lá aberta para você pegar um pouquinho de água se você tá com sede. Então a rua é isso, a rua é de todos, para mim a rua é tua, é minha, é nossa. É a passarela da beleza.

Evelin: A passarela da beleza?

Anderson: Passarela da beleza. Não é da feitura, é da beleza.

Evelin: E por que da beleza?

Anderson: Porque as pessoas que tão lá têm uma his-

tória, têm uma vida. Pode ser de desgraça ou de favorecimento, mas ela tem uma história e que muitas vezes não é contada. É invisibilizada, rejeitada e a rua tem muito isso. A rua é dos loucos e dos sãos. Dos doidos variados e dos bons, entendeu? Isso é a rua, pra mim. As pessoas acham que hoje ela não tá na rua, mas amanhã ela pode estar. Não é porque Deus... não é porque... são condições que te levam para essas situações. E que você precisa entender.

...

“A escuta cura”, me disse Débora. Até então não tinha pensado no ato da escuta colocado dessa forma. Nas conversas com Anderson, também foi me apresentado o poder que a escuta tem. Mas nunca tive a ideia de que a escuta pode curar, e como ela cura. A junção dessas histórias nada mais é do que um processo de escuta. Um processo de querer escutar e dar a chance de alguém ser escutado. Quando Anderson me falou isso, eu entendi.

Anderson: Olha só que legal. Você está fazendo um livro, um material com a história e a trajetória de pessoas da rua. As pessoas deixaram de ser invisíveis. Elas se tornaram visíveis para a sociedade.

LINHA DO TEMPO

Da invisibilidade à luta: marcos da Política para a População em Situação de Rua no Brasil

2001: cria-se o primeiro Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras de Material Reciclável e a Primeira Marcha Nacional da População em Situação de Rua;

2005 - Movimento Nacional da População de Rua: lançado durante o 4º Festival de Lixo em Belo Horizonte;

2005 - I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua: iniciativa do governo federal para dialogar sobre a construção de políticas públicas até então inexistentes;

2005 - Lei nº 11.258: altera a Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua;

2006 - Grupo de Trabalho Interministerial (GTI): instituído por decreto em outubro de 2006, com representação de seis ministérios, Secretaria Especial de Direitos Humanos e sociedade civil para iniciar uma série de estudos para a elaboração da Política Nacional;

2009 - Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua: lançada em dezembro de 2009, Rua, apren-

dendo a contar, foi a primeira pesquisa a nível nacional;

2009 - Política Nacional para a População em Situação de Rua e Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional (CIAMP-Rua): instituídos através do Decreto nº 7.053;

2012: Primeiro Congresso do Movimento Nacional da População em Situação de Rua;

2019 - Decreto nº 9.894: O governo federal, sob a presidência de Jair Bolsonaro, revoga partes do Decreto nº 7.053/2009, enfraquecendo a estrutura do CIAMP-Rua e limitando a participação social, incluindo a realização de reuniões online, o que dificulta o acesso da população em situação de rua;

2022 - Brasil volta ao Mapa da Fome: O país regride em políticas sociais, agravando a situação da população em situação de rua;

2023 - Decreto nº 11.472: O governo Lula restituiu o CIAMP-Rua, revogando as alterações do Decreto nº 9.894/2019 e ampliando a participação para 11 ministérios, além de incluir representantes da sociedade civil e movimentos sociais;

2023 - ADPF 976: O Supremo Tribunal Federal (STF) determina que o governo federal apresente ações concretas para proteger a população em situação de rua, incluindo a realização de um Censo Nacional específico para esse grupo;

2023 - Lançamento do Plano Nacional Ruas Visí-

veis: O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) apresenta um plano com 100 metas e investimento de quase R\$ 1 bilhão, focando em moradia, educação, saúde e trabalho digno;

2023 - Caderno de Estudos nº 37: Publicado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS), o documento aborda metodologias para contagem da população em situação de rua e políticas públicas, reforçando a necessidade de um Censo Nacional;

2024 - Lei nº 14.821: Sancionada em janeiro, institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua), fruto do PL 2245/2023, apresentado pela deputada Erika Hilton;

2025 - Seminário Nacional de Criança e Adolescente em Situação de Rua: Previsto para julho, o evento visa discutir políticas públicas específicas para esse grupo, em parceria com o Movimento Meninos e Meninas de Rua;

2025 - Revisão do Plano Ruas Visíveis: O MDHC apresenta uma versão atualizada do plano, com metas mais estruturadas e focadas em execução prática, como ampliação de Centros Pop, criação de moradias e salas de aula específicas.

NOTAS

- 1 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. Cadernos de Estudos: População em Situação de Rua – Conceitos, Métodos de Contagem e Políticas Públicas. Brasília, DF, n. 37, 2024. 200 p. 15 - 23.
- 2 PASTORAL DO POVO DA RUA. Pastoral do Povo da Rua. Disponível em: <https://pastoraldopovodarua.org.br/>. Acesso em: 13 de mar. de 2025.
- 3 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Rua: Aprendendo a Contar. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/livros/rua_aprendendo_a_contar.pdf> . Acesso em: 15 de ago. de 2024.
- 4 BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos (MDH). Plano Nacional Ruas Visíveis. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/plano-nacional-ruas-visiveis.pdf>> . Acesso em: 9 de fev. de 2025.
- 5 BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). ADPF 976 MC 1. Disponível em: <<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF976MC1.pdf>> . Acesso em 9 de fev. de 2025
- 6 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. Cadernos de Estudos: População em Situação de Rua – Conceitos, Métodos de Contagem e Políticas Públicas. Brasília, DF, n. 37, 2024. 200 p. Capítulo 5: Primeira Aproximação Metodológica para um Censo Nacional da População em Situação de Rua, p. 82 - 96.
- 7 BRASIL. Decreto nº 9.894, de 27 de junho de 2019. Altera o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 jun. 2019. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9894.htm> . Acesso em: 17 de mar. de 2025.
- 8 BRASIL. Decreto nº 11.472, de 1º de setembro de 2023. Dispõe so-

bre a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 set. 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11472.htm> . Acesso em: 17 de mar. de 2025.

9 Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CENTRO POP. SUAS e População em Situação de Rua – Volume 3 – Brasília, 2011.

10 BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Comparação da população em situação de rua – Brasil. Disponível em: <<https://www.cnmp.mp.br/portal/informes/comparacao-da-populacao-em-situacao-de-rua-brasil.html>>. Acesso em: 19 de mar. de 2025.

11 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Relatórios de Cidadania – Nordeste. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?localizaDivisao=Nordeste&codigo=314000>> . Acesso em: 23 de fev. de 2025.

12 SAMARCO. Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras 2024. 31 de dez. de 2024. Disponível em: <<https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2025/03/Relatorio-Administracao-e-DFs-PT-2024.pdf>> . Acesso em: 19 de mar. de 2025.

13 Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS (2006).

14 SIMAS, Luis Antônio. Áfricas. O corpo encantado das ruas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p, 29-31.

15 BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. p, 14.

16 Brasil registra mais de 6 mil violações contra pessoas em situação de rua nos primeiros quatro meses de 2024. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 01 de maio de 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/brasil-registra-mais-de-6-mil-violacoes-contra-pessoas-em-situacao-de-rua-nos-primeiros-quatro-meses-de-2024>>. Acesso em: 2 de fev. de 2025.

